

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política**

Maria Clara Araújo dos Santos

**PADRÃO-DUPLO: UMA ANÁLISE DA MÍDIA BRASILEIRA SOBRE A
QUESTÃO PALESTINA (O CASO DE SHEIKH JARRAH)**

**Brasília
2023**

Maria Clara Araújo dos Santos

**PADRÃO-DUPLO: UMA ANÁLISE DA MÍDIA BRASILEIRA SOBRE A
QUESTÃO PALESTINA (O CASO DE SHEIKH JARRAH)**

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do Professor Dr. Luis Felipe Miguel.

**Brasília
2023**

PADRÃO-DUPLO: UMA ANÁLISE DA MÍDIA BRASILEIRA SOBRE A QUESTÃO PALESTINA (O CASO DE SHEIKH JARRAH)

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de
Brasília como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Ciência
Política, avaliada pela seguinte banca
examinadora:

PROFESSOR DOUTOR LUIS FELIPE MIGUEL
(Universidade de Brasília)

Brasília
2023

Ao meu querido avô José Ângelo de Araújo, o seu 'Zé Anjo', de Tamboril. Ainda que não soubesse ler ou escrever, mudou a vida de seus filhos e netos com coragem e esforços que jamais serão esquecidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder coragem e sabedoria para caminhar cinco anos e meio, entre prazeres e dores, por dois institutos da Universidade de Brasília (UnB). Agradeço à minha família, sobretudo à minha mãe, Gislene, que me ajudou incondicionalmente durante esses longos anos. Agradeço à minha irmã, Layla, ao meu pai, Sérgio, e à minha avó Sara, que tanto se orgulha dos netos. Ao meu namorado, João Andrade, por sempre celebrar cada passo em direção aos sonhos que agora são “nossos”.

Ao Grupo de Estudos Retóricas do Poder e Resistências (GERPOR/UnB), coordenado pela querida Professora Berenice Bento, que me abraçou por meio dos encontros de leitura e por meio das calorosas recepções em sua casa, com amigos e colegas da comunidade Palestina. Obrigada, GERPOR, por ter sido meu afeto (verbo e substantivo) durante a graduação. Ao Dr. Ahmed Shehada, que preside o Instituto Brasil-Palestina, pela oportunidade única de trabalhar para a organização.

Agradeço ao Centro de Estudos Árabes e Islâmicos da Universidade de Sergipe (CEAI-UFS), nas figuras dos professores Geraldo Campos e Ahmed Zoghbi, que me introduziram aos “Olhares Contemporâneos” sobre o *Oriente* Médio. Que o CEAI seja sempre o exemplo de *amor à causa e compromisso* do qual falava Kanafani.

Ao Professor Luis Felipe Miguel, que me conduziu pelo espaço metodológico desta monografia. A todos os pesquisadores cujas exímias pesquisas são minhas referências e espelho acadêmico, como a professora Francirosy Campos Barbosa (USP), o professor Reginaldo Nasser (PUC/SP) e o professor Luiz Antônio Araújo (PUC/RS).

Aos meus amigos, Pedro Willgner, Ronielem Pinho, Lísia Milheiros Marioti, Beatriz Lacerda Félix, Antônio Junqueira, Juan Carlos Oliveira, Nicole Canali, Vitória Lissa e Giovanna Oliveira, pelos ouvidos emprestados, conselhos e puxões de orelha.

À minha casa - a Universidade de Brasília. A todos os seus servidores, que trabalham para manter de pé o legado de Darcy Ribeiro e de Anísio Teixeira.

Aos conhecidos e desconhecidos que possibilitaram a minha ida ao Paquistão em 2018, viagem que aguçou meus sentidos pelo mundo islâmico. Finalmente, à minha maior

incentivadora há quase dez anos, Joana do Prado Melo Hardman, que me deu asas para alçar longos voos.

RESUMO

Este trabalho examina criticamente o discurso em torno da "Questão Palestina" ou do "conflito árabe-israelense" na mídia brasileira. Seu foco principal é identificar possíveis padrões-duplos na cobertura jornalística. Baseando-se na teoria orientalista, o estudo explora como os veículos de mídia tradicionais no Brasil moldam a cobertura dessa questão, buscando compreender a construção de significados e os possíveis vieses que influenciam a representação dos árabes, do islã, e dos palestinos dentro dessa narrativa. Utilizando uma abordagem de análise de enquadramentos popularizada por Gamson (2011), a monografia investiga diversos fatores que moldam o enquadramento midiático, desde protocolos jornalísticos até tendências ideológicas e políticas. Ao trazer à tona o papel da mídia na formação da representação de identidades, essa pesquisa oferece observações valiosas sobre as complexas dinâmicas entre a representação midiática e a perpetuação de narrativas históricas. Seu objetivo final é aprofundar a compreensão do discurso da mídia sobre a questão palestina na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Palestina; Sheikh Jarrah; Mídia; Análise de Enquadramentos; Orientalismo; Padrão-duplo.

ABSTRACT

This work critically examines the discourse surrounding the "Question of Palestine" or the "Arab-Israeli conflict" in the Brazilian media. Its main focus is to identify possible double standards in journalistic coverage. Drawing on the orientalism theory, the study explores how traditional media outlets in Brazil shape the coverage of this issue, seeking to understand the construction of meanings and the potential biases that influence the representation of Arabs, Islam, and Palestinians within this narrative. Using a framing analysis approach popularized by Gamson (2011), the dissertation investigates various factors that shape media framing, ranging from journalistic protocols to ideological and political tendencies. By highlighting the role of media in shaping identity representation, this research provides valuable insights into the complex dynamics between media representation and the perpetuation of historical narratives. Its ultimate goal is to deepen the understanding of media discourse on the Palestinian issue in Brazilian society.

Keywords: Palestine; Sheikh Jarrah; Media; Framing Analysis; Orientalism; Double standard.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA.....	8
2. CAPÍTULO I - DESPEJOS EM SHEIKH JARRAH E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	14
3. O GLOBO - SHEIKH JARRAH.....	20
3.1. TABELA 1.....	29
4. FOLHA DE S. PAULO - SHEIKH JARRAH.....	30
4.1. TABELA 2.....	38
5. ESTADO DE S. PAULO - SHEIKH JARRAH.....	39
5.1. TABELA 3.....	42
6. GRÁFICO - COMPARATIVO DE PRÁTICAS JORNALÍSTICAS.....	43
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

*“Quando se trata de islã, “mulçumano” e “árabe”, especialmente depois do 11 de Setembro, mesmo o mais sóbrio jornalismo soa por vezes como tio do zap”.*¹

A Copa do Mundo, realizada pela primeira vez em um país do Oriente Médio, desencadeou, junto ao entusiasmo e ao fascínio pelo futebol, fartas discussões. Ao passo em que o maior evento futebolístico do mundo se aproximava, os meios de comunicação foram tomados por uma enxurrada de questões que colocavam em xeque a integridade do anfitrião Catar. O país mulçumano logo se tornou alvo de duras críticas e acusações relacionadas à corrupção, ao petróleo e, sobretudo, ao respeito aos direitos humanos. Houve muitas críticas ao tratamento dos trabalhadores imigrantes que operaram as obras de infraestrutura da Copa - estas, dignas de toda a dureza, evidentemente. O jornal britânico *The Guardian* divulgou uma notícia chocante, que contabilizava a morte de milhares de trabalhadores. Apesar disso, o governo do Emir Tamim bin Hamad bin Khalifa Al-Thani reconheceu a morte de pouco mais de quinhentos imigrantes. Essa notícia, entretanto, não foi a mais chocante entre os telespectadores.

A notícia de que o país estava instalando cartazes antiLGBT+ pelas cidades foi a que causou o maior burburinho. A proporção foi gigantesca - chegou até a cantora brasileira *Anitta*, que logo usou o *Twitter* para se posicionar contra as políticas adotadas pelo país: *“O povo comentando ‘respeita a cultura dos outros’, mas que cultura gente? Discriminar os outros é parte de cultura agora?”*. O tuíte, que recebeu mais de trinta mil curtidas, rodou o Brasil inteiro em questão de minutos. Em pouco tempo estava estampado em diversos sites de notícias. O que quase ninguém sabia, é que o cartaz compartilhado pela artista, na verdade, aparece afixado em uma parede do *Al Hedaya*, um conservadoríssimo Centro Islâmico no menor país do golfo pérsico, Bahrein.

A postagem, que mostra um casal heteronormativo protegendo seus filhos com um guarda-chuva, contra uma chuva de cores do arco-íris, não deixa de ser uma demonstração contra o mês do orgulho: *“Aderir à lei de Allah (SWT - Glorificado e Exaltado sejas) e a Sunnah de seu Profeta (que a paz e as bênçãos de Allah estejam sobre ele) é o forte escudo para evitar esses pensamentos anormais e contrários ao senso comum.”* (tradução nossa)

¹ ARAUJO, Luiz Antônio *Oriente em revista. De que o jornalismo fala quando fala do islã*. Florianópolis: Insular, 2020, p. 39.

التمسك بشرع الله سبحانه و سنة نبيه صلى الله عليه وسلم هي الدرع الحصين للوقاية من هذه الافكار الشاذة² و المخالفة للفترة السليمة

A desaprovação da população LGBT+, entretanto, não é exclusividade de países mulçumanos ou árabes. O Bahrein, assim como o Catar e a maioria dos países mulçumanos, adota a lei islâmica. Por isso, o imaginário popular social do chamado "ocidente", por vezes coloca a fé abraâmica como a fonte do preconceito. O que não sabem é que o Alcorão, bem como qualquer outra obra religiosa, se presta à interpretação. Isso quer dizer que a lei islâmica não é determinante, mas determinada por alguém.

A lei islâmica é frequentemente limitada pelos desconhecidos à palavra sharia, que etimologicamente tem o significado de “caminho”, ou “avenida”. A sharia se traduz, então, como o caminho a se seguir para se estar de acordo com os preceitos islâmicos. A sharia não é uma legislação, não toma corpo em um conjunto de leis. Pelo contrário, na tradição islâmica, existe um complexíssimo sistema de escolas de jurisprudência (*madhhab*) e de juristas (*mujitahid*), grandes estudiosos, que dedicam suas vidas a interpretar e a operacionalizar o Alcorão, as Sunnahs (feitos do profeta) e os Hadiths (ditos do profeta), para indicar aos mulçumanos os caminhos mais próximos ao islã. A interpretação da jurisprudência (*fiqh*) está sob constante atualização, em busca do melhor caminho a ser vivido. (KELLER, 2000, n.p, tradução nossa)

Ainda que países mulçumanos criminalizem a homossexualidade, o país que mais mata pessoas LGBT+ é o Brasil, mesmo se comparado aos países que a criminalizam com pena de morte. Apesar desses dados, o delicado debate sobre a criminalização da homossexualidade nas sociedades islâmicas não é o cerne desta pesquisa. Começamos esta introdução com um breve passeio pelo contexto do islã. O ponto chave, entretanto, parte da análise do discurso da mídia. O comentário de Anitta sobre o Catar, particularmente, serve como ponto de partida para entendermos não só como a sociedade brasileira enxerga o Oriente Médio, mas como o Oriente Médio nos é apresentado.

As mulheres, coitadas! São oprimidas, submissas aos seus maridos e obrigadas a usar um pano na cabeça! Oriente Médio? Nem pensar! “Lá” não tem direitos humanos. As lésbicas, gays e transsexuais são perseguidos, apedrejados. Vá fazer isso lá para você ver só o que te acontece! “Lá” tem pena de morte. Desde os elementos culturais aos elementos políticos, tudo sobre esse lugar “místico” chamado Oriente Médio nos é sugerido. O que

² A palavra "الشاذة" (*al-shaddha*), traduzida como “anormais, é comumente usada em árabe em um contexto pejorativo para se referir a pessoas LGBT+

conhecemos são as terras desérticas, o gênio da lâmpada, os camelos que compõem a paisagem. Os homens, enrolados por suas túnicas brancas, as mulheres, cobertas dos pés à cabeça. “O Oriente era praticamente uma invenção européia e fora desde a Antigüidade um lugar de episódios romanescos, seres exóticos, lembranças e paisagens encantadas, experiências extraordinárias”. (SAID, 2007, p. 13)

De origem palestina, Edward Wadie Said (1935-2003) foi um insigne e brilhantíssimo professor e crítico literário. Em *Orientalismo* (1978), célebre *magnum opus* que inaugura o campo de estudos pós-coloniais, Said discute as relações de poder que atravessam a dicotomia homônima de seu subtítulo: O Oriente como invenção do Ocidente. A divisão ocidente/oriente foi criada para identificar o *Outro*. “Nem o termo 'Oriente' nem o conceito de 'Ocidente' têm estabilidade ontológica; ambos são constituídos de esforço humano – parte afirmação, parte identificação do Outro”. Essa irrefragável divisão tem por objetivo, além da afirmação de uma identidade, a criação de um imagético que legitima o *nós* e estigmatiza o *Outro*. Essa narrativa de oriente/ocidente, criada pela produção intelectual, cultural e discursiva do colonialismo, fortemente disseminada no século XIX, estabeleceu a hegemonia que consagrou as representações dos árabes e do islã, que atravessam o século XXI. (SAID, 2007, p. 13)

Em *Diante da Dor dos Outros* (2003), Susan Sontag analisa a recepção da mídia visual pelo espectador, a partir de fotos de dor e de violência em guerras. A autora analisa como a representação a partir da mídia pode afetar as percepções e os sentimentos, tanto individuais como coletivos. O discurso envolve a produção de sentido que apela ao sofrimento humano para se constituir. Sontag demonstra como as imagens deliberadamente apresentadas em noticiários podem ser uma terra fértil para a construção de narrativas que justificam dominações como a colonização. Tanto a autora quanto Said questionam a constituição de um “nós” e de um “Outro”. “Quem é o “nós” que constitui o alvo dessas fotos de choque?” (SONTAG, 2003, p. 21). A mídia tradicional, que discursa para o “nós”, emprega um modelo de representação arquetípico do Oriente Médio (“Outros”), quase em tom de fetichismo, especialmente os chamados tabloides, que publicam para alimentar a narrativa do terror, particularmente após o fatídico ataque às torres gêmeas:

[...] a foto da mão amputada de um homem sobre uma pilha de entulho do World Trade Center saiu em uma edição tardia do Daily News, de Nova York, pouco depois do atentado. (SONTAG, 2003, p. 184)

Com um olhar específico à região que compreende do mar Morto ao rio Jordão, a presente monografia se dedica a analisar o discurso que a mídia tradicional brasileira atribui às reportagens que envolvem a Palestina, a fim de identificar em sua forma de se comunicar, um possível padrão-duplo em relação ao “conflito” árabe-israelense. De acordo com o dicionário Merriam-Webster³, padrão-duplo é “um conjunto de princípios que se aplica de forma diferente e geralmente mais rigorosa a um grupo de pessoas ou circunstâncias do que a outro”. Para tanto, analisaremos os dados coletados sob a perspectiva de diferentes literaturas. Apesar do discurso ser o objeto central desta pesquisa, não utilizaremos a abordagem foucaultiana. Prezaremos, no lugar, dois esquemas para analisar as notícias. Em um primeiro momento, uma análise das práticas jornalísticas, que mistura algumas categorias, como o jornalismo declaratório, para classificar o estilo jornalístico de cada veículo. Em segundo lugar, entra a análise de enquadramentos (GAMSON, 2011), pela objetividade que oferece na operacionalização dos dados coletados. Focaremos no discurso porque o entendemos como uma peça fundante na formação de sujeitos e de sentidos na sociedade, como exemplifica Juliana Dias a seguir (2018, p. 211):

[...] conceber o discurso como parte da prática social implica entender o discurso como um MODO DE AÇÃO sobre a constituição do mundo, como um MODO DE REPRESENTAÇÃO desse mundo e ainda como um MODO DE IDENTIFICAÇÃO dos sujeitos que interagem no mundo.

Em *Falando de Política* (2011), William Gamson parte de uma metodologia distinta para analisar como o conteúdo midiático influencia a produção de sentido constituída coletivamente pelos indivíduos. O autor explora, a partir de conversas informais, quatro temas controversos, sendo um deles, o “conflito árabe-israelense”. A obra de Gamson é o instrumento que dissemina a metodologia de enquadramento nas ciências sociais. Apesar de ter sido popularizado pelo educador na década de 90, o conceito de enquadramento, ou *framing*, foi introduzido por Erving Goffman, que explora em sua obra *Frame Analysis* (1974), como aspectos do cotidiano moldam socialmente as reações dos indivíduos nas mais diversas situações, assim como autores como Robert Entman e Todd Gitlin. O *framing* refere-se a esta dimensão “inevitavelmente relacional do significado”. (GOFFMAN, 1974, p. 8)

Conforme Scheufele (1999), a análise de enquadramentos pode ser dividida em duas formas: a que examina os quadros como variáveis independentes e a que os examina como

³ Definição disponível em: <<<https://www.merriam-webster.com/dictionary/double%20standard>>>

variáveis dependentes. O autor afirma que, o enquadramento midiático a partir de variável independente, está mais focado nos efeitos do enquadramento em si. Se o presente trabalho estivesse focado em uma análise de recepção, o uso desse tipo investigativo faria mais sentido. Como, entretanto, o nosso objetivo é analisar a construção de sentido produzida pela mídia, a variável dependente, que examina como os meios de comunicação social enquadram uma questão específica, nos trará melhores resultados no que diz respeito à relação causal de variáveis “socioestruturais, organizacionais, individuais ou ideológicas”. (SCHEUFELE, 1999, p. 107, tradução nossa)

A análise de enquadramento possibilitará a investigação dos fatores que influenciam a forma como os jornalistas ou outros grupos sociais enquadram determinados assuntos. Scheufele identifica alguns fatores que justificam os enquadramentos dos jornalistas, que vão desde protocolos jornalísticos até tendências ideológicas ou políticas. McQuail (1944, p. 327 apud SCHEUFELE 1999 p. 104), estabelece que "todo o estudo da comunicação de massas baseia-se na premissa de que a mídia tem efeitos significativos". O conceito de mídia trabalhado nesta monografia é amplo. Equivale aos sentidos de “imprensa, jornalismo, meio de comunicação, veículo”. (GUAZINA, 2007, p. 49)

Aplicaremos estas análises ao “caso de Sheikh Jarrah”, um dos eventos da história recente da Palestina mais noticiados pelos jornais brasileiros. Em maio de 2021, Sheikh Jarrah, bairro em Jerusalém Oriental, ganhou os holofotes da mídia não só brasileira, mas internacional. Sob ameaça de desapropriação de suas casas, palestinos protestavam contra a decisão da suprema corte israelense que definia ordens de despejo aos moradores do bairro. A tentativa de expulsão gerou uma revolta que se transformou em resposta a partir da Faixa de Gaza. Provocada por Israel, a intensiva durou onze dias até o cessar-fogo. Sheikh Jarrah em especial é um dos únicos bairros que sobreviveu ao “urbicídio palestino” (PAPPÉ, 2016).

A escalada da higienização de Jerusalém Oriental, em função dos despejos de Sheikh Jarrah (2021), culminou em onze dias de bombardeio à Gaza. O *Google Trends* demonstra que, nos últimos cinco anos no Brasil, a procura dos termos "Palestina" e "Gaza" tiveram seu pico de popularidade (100) em maio de 2021, durante os dias do bombardeio. As ferramentas *Google Trends* e *Google Notícias* também foram utilizadas para a coleta de notícias e de palavras-chaves. Há de se destacar alguns termos usados pelos jornalistas para noticiar a situação de limpeza étnica, como: conflito, confronto, disputa, guerra, tensão, além de outros colocados propositalmente como antagônicos, e.g, *judeus e árabes, exército israelense e jihad islâmica, morte e assassinato*.

Definidos os objetivos e as técnicas deste trabalho, partimos para um segundo ponto: definir os jornais com os quais trabalharemos. A partir de uma pesquisa realizada pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC), constatamos que os os jornais mais lidos pela população brasileira são, respectivamente, *O Globo*, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (ou *Estadão*). Em termos de circulação de jornal impresso e digital juntos, o estudo de 2022 demonstra que *O Globo* ocupa o primeiro lugar em quantidade de assinantes (371.384), mantendo o seu posto de jornal mais lido em 2021, seguido pela *Folha de S. Paulo* (344.969) e pelo *Estadão* (213.625). Apesar do acontecimento a ser analisado ter se passado em um mês específico, para recortar as reportagens, estabelecemos o período de 01 de janeiro de 2021 a 16 de dezembro de 2022, levando em conta os desdobramentos dos ocorridos. Exploremos, então, a questão à que se atém essa monografia: existe um padrão-duplo na mídia brasileira quando se trata da questão palestina?

2. CAPÍTULO I - OS DESPEJOS EM SHEIKH JARRAH E SEUS DESDOBRAMENTOS

“Agora, as guerras e sons são também imagens na sala de estar. As informações sobre o que se passa longe de casa, chamadas de 'notícias', sublinham conflito e violência⁴ [...]”

Em *A Limpeza Étnica da Palestina*, Pappé dedica uma seção específica aos bairros de Jerusalém. Enquanto explica o *Plano Dalet*, o autor descreve como os soldados judeus bombardearam dezenas de bairros árabes ocidentais durante o ano de 1948, conhecido como o ano do êxodo palestino ou *nakba* (catástrofe). Sheikh Jarrah foi um dos únicos bairros contornados pela agressão, apesar de vinte casas terem sido bombardeadas. Como explica Pappé, o fato se deu pela insólita intervenção do mandato britânico, devido à presença de personalidades proeminentes que habitavam lá, como Husayn Fakhri al-Khalidi, ex-prefeito de Jerusalém (1934-1937) e décimo-terceiro Primeiro Ministro da Jordânia (1957) (PAPPÉ, 2016, p. 118).

Sheikh Jarrah recebeu o nome que tem ainda no período das Cruzadas. No século XII, o Saladino, líder da oposição muçulmana, nomeia a cidade em homenagem ao seu médico Hussam al-Din al-Husayn ibn Sharaf al-Din ‘Isa al-**Jarrahi**. Já com o Império Otomano, vieram os *ayans*⁵ na organização social Palestina. As famílias notáveis, seja por classe social ou ayans, eram uma “formação social típica” em toda a região árabe do Império Otomano. Na Palestina, destacam -se duas em especial: a família al-Husayni e a Nashashibi. (ROBINSON, 2009, n.p, tradução nossa)

No final do século XIX, diversas famílias estabeleceram-se em Jerusalém, incluindo a família Husayni, que escolheu o bairro de Sheikh Jarrah como seu lar. Salim al-Husayni, prefeito de Jerusalém de 1882 a 1897, construiu sua residência na Palestina, assim como seus filhos, Hussein al-Husayni e Mousa Kazim al-Husayni, que também ocuparam o cargo de prefeito na cidade. Juntos, governaram a cidade por quase 40 anos, quase até a queda do Império Otomano. Até 1900, não apenas os Husayni, mas também outras famílias proeminentes⁶, haviam construído suas casas neste bairro.

Durante o mandato da Jordânia (1951 - 1957) sob a Cisjordânia e Territórios Palestinos Ocupados (TPOs), 28 famílias palestinas refugiadas (expulsas pela *nakba*) foram reassentadas em Sheikh Jarrah. O reassentamento foi feito por um acordo da Jordânia com a

⁴ Susan Sontag

⁵ Classe de notáveis ou dinastias locais no Império Otomano do século XVI ao início do século XIX..

⁶ *Sheikh Jarrah: The Northern Gateway to Jerusalem* (2021)

Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA), que estabelecia que as famílias abdicassem do status de refugiados em troca da obtenção de contratos de propriedade de terras em seu nome (ALSAAFIN, 2021, n.p). Os anos se passaram e as famílias cresceram, assim como as tentativas de limpeza étnica. Israel anexou formalmente Jerusalém, Cisjordânia e Gaza durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967.

Em maio de 2021, o bairro, que fica no coração de Jerusalém Oriental, foi cenário para mais uma barbárie do Estado de Israel. Em uma tentativa de expandir a ocupação, tramitou no tribunal de justiça israelense uma ação de despejo contra famílias palestinas moradoras do bairro. Colocada pelos colonizadores como uma mera disputa judicial entre os colonos judeus e os palestinos, a questão se apoia em leis racistas, estabelecidas após a Guerra dos Seis Dias para permitir a expansão do estado sionista à custa dos palestinos.

Para Domenico Losurdo, o sionismo opera na mesma lógica do colonialismo, uma vez que se apoia não só na tradição colonial *res nullius*, mas em seu *modus operandi* de discriminar e oprimir. Antes mesmo da criação do Estado de Israel, já na chegada dos sionistas à Palestina, a “transferência dos árabes” era planejada. Para eles, a terra dos palestinos era uma terra sem dono. Losurdo menciona Edward W. Said para explicar o plano de deportação, invocando até a antagônica Hannah Arendt, que à época já falava sobre a “transferência dos árabes da Palestina para o Iraque”. O sionismo se configura também como um movimento racista, que mistura não só “‘ultranacionalismo’, ‘misticismo religioso’, mas também pretensão de ‘superioridade racial’” (LOSURDO, 2020, p. 33 e 35).

Em relação à Sheikh Jarrah, especialistas das Organizações das Nações Unidas (ONU) declararam que a ameaça de despejo de Israel equivalia a um “óbvio crime de guerra”, apesar de sabermos da traição da ONU no que diz respeito à Palestina, “povo cuja terra tinha dividido e cujo bem-estar e vida entregou aos judeus que [...] desejavam desalojá-lo e tomar-lhe o lugar no país que julgavam seu.”, em referência ao Plano de Partilha da Palestina (1947). Ora, o despejo não é o único crime de guerra em um estado que desobedece diariamente ao direito internacional. (PAPPÉ, 2016, p. 146)

Não satisfeitos com a ação de despejo, os colonos judeus decidiram atacar a Mesquita de *Al-Aqsa*, no mês e no dia mais sagrado para os muçulmanos (ramadã), que foram atacados pela polícia de Israel enquanto oravam. O episódio deixou mais de duzentos palestinos feridos. Segundo a *Al Jazeera*, os fiéis se defenderam com “cadeiras, sapatos e pedras em direção à polícia”, enquanto estes abriram fogo. *Uma conversa entre a espada e o pescoço* (cf. Kanafani). Enquanto os palestinos se manifestavam, os policiais jogavam também “água de gambá”, um líquido fétido que apodreceu a cidade por semanas. A judaização de

Jerusalém configura a desumanização do palestino. Há ainda quem diga que não há uma limpeza étnica em curso.

As ameaças de despejo e o ataque à *Al-Aqsa* trouxeram resposta diretamente da Faixa de Gaza. O Hamas, grupo de resistência islâmico considerado como terrorista pela maior parte dos países do chamado “ocidente”, disparou foguetes contra Israel. A violência se escalou durante onze dias, com os holofotes internacionais narrando cada movimento. O interesse não era mais na cobertura das famílias despejadas. Da *hashtag* #SaveSheikhJarrah, a cobertura se concentrava, agora, na demonstração bélica e nas manifestações dos árabes-israelenses. Apesar de não serem o tema central, esses dois assuntos serão explorados durante o capítulo. Por hora, deve-se saber que os ataques duraram onze dias, com mais de duzentos e cinquenta e seis palestinos assassinados, destes, sessenta e seis crianças.

Retomemos então a nossa metodologia. Como o interesse é analisar o comportamento da mídia e não a opinião pública diretamente, decidimos trabalhar com algumas classificações além das de Gamson, que, quando explora a opinião pública sobre o conflito israelo-palestino, enquadra o discurso sobre o assunto em quatro categorias: interesse estratégico; vizinhos em rivalidade contínua; intransigência árabe; e expansionismo israelense. Em um segundo momento, trabalharemos com os enquadramentos de Gamson. Para enquadrar o estilo de comunicação dos jornais, entretanto, as categorias serão: jornalismo declaratório; jornalismo analítico; e jornalismo qualificativo. Expliquemos cada uma delas.

O jornalismo declaratório é aquele baseado puramente em repercutir declarações de fontes de informação. Polêmico, esse tipo de jornalismo não tem uma única definição possível, mas se caracteriza pelo uso de aspas e de verbos dicendi, verbos que exprimem o que o interlocutor expressa, como *dizer, declarar, afirmar*, etc. Nele, não há preocupação com a argumentação, nem com a análise dos fatos. Ele apenas reproduz ao leitor informações, sem produzir análises ou juízo de valor. (OLIVEIRA, 2020, n.p)

No artigo *O que é jornalismo declaratório?*, o autor Oliveira nos presenteia com um trecho do manual da *Folha de S. Paulo* (1996):

Verbos declarativos — Use apenas para introduzir ou finalizar falas dos personagens da notícia, não para qualificá-las ou para insinuar qualquer opinião a respeito delas. Evite, assim, verbos como admitir, reconhecer, lembrar, salientar, ressaltar, confessar, a não ser quando usados em sentido estrito.

A citação vem acompanhada do seguinte exemplo: “quando o objetivo for apenas indicar autoria de uma declaração: *O ministro disse que teve um encontro com o deputado, em vez de*

O ministro confessou que teve um encontro com o deputado”. Oliveira menciona que a prática declaratória é mais comum na seção política dos jornais, lugar também em que os malefícios se manifestam. Acaba-se preconizando a facilidade e a praticidade da prática em detrimento das informações: “O risco é publicar inverdades e servir como instrumento ideológico ou de manobra política e privada.”. A prática do jornalismo declaratório recebe tantas críticas porque as chances das declarações conterem informações falsas ou serem falsas é grande, já que não há preocupação na checagem dos fatos. As informações reproduzidas podem moldar a opinião pública, e criar uma narrativa alterada de um evento, como no caso da Guerra do Iraque (OLIVEIRA, 2020, n.p):

O governo norte-americano motivou a imprensa, e conseqüentemente a população, através de 935 declarações falsas (LEWIS; READING-SMITH, 2008) emitidas pelo presidente George W. Bush e líderes do governo, a maioria sobre a existência de armas de destruição em massa. Hoje, sabe-se que não existia nenhuma arma dessa magnitude. As declarações foram repercutidas por diversos veículos de comunicação de massa. Porém, estes não conseguiram perceber que estavam sendo usados para persuadir a opinião pública a entrar em uma guerra sem motivo real. Reparar os danos causados pela guerra e pela falta de verificação dos fatos é algo discutido, mas que dificilmente acontecerá.

Passemos então à categoria de *jornalismo analítico*. Não se deixe enganar pelo nome, muitas análises carecem de criticidade. Neste enquadramento, as notícias oferecem uma estrutura de contexto mais elaborada do que no jornalismo declaratório. Embora possam incluir declarações de fontes, não se limitam a isso. Esse tipo de jornalismo vai além do declaratório ao fornecer fatores contextualizadores, como fatos históricos, perspectivas analíticas e o uso tímido de adjetivos. Apesar dessa abordagem mais elaborada, esse tipo de jornalismo também se abstém de uma qualificação dos fatos noticiados - o interlocutor não tem a intenção de transmitir ao leitor a impressão de um jornal polarizado -, aqui mora o perigo: ao evitar emitir juízo de valor, a notícia pode apresentar os fatos de forma superficial, colocando em pé igualdade narrativas distintas, mesmo quando há um consenso factual a favor de uma das perspectivas.

Durante a análise dos jornais, foi possível notar que a presença desse tipo de abordagem se dá, sobretudo, quando a notícia pertence à coluna de um correspondente específico ou à coluna de opinião. A tendência ao *doisladismo*, entretanto, não foi uma característica percebida em todos os veículos, apesar de ter sido sobressalente em um deles. Portanto, neste enquadramento constarão notícias mais trabalhadas, do ponto de vista contextual, do que as apresentadas no jornalismo declaratório - sendo estas antipolarização ou não. Para que não haja dúvidas quanto a classificação de *jornalismo analítico*, vamos aos

exemplos - o primeiro, de autoria de Guga Chacra para *O Globo* (2021) - e o segundo, pela redação do *Estadão* (2021), na coluna de opinião:

Houve choques nos últimos dias mesmo com ações para adiar a decisão da Justiça de Israel sobre o despejo e a alteração da marcha judaica do dia de Jerusalém para não incluir a parte islâmica da Cidade Velha. Mas ainda haverá o Nakba. A tensão ainda está em ebulição. Envolve grupos radicais israelenses, de um lado, e radicais palestinos, de outro. Para completar, a polícia israelense tem sido muito criticada inclusive dentro de Israel por não estar preparada para lidar com a situação.

Este trecho é um ótimo exemplo de um jornalismo que pode aparentar imparcial para o leitor, mas que, se analisado a partir dos fatos de todo o contexto histórico da questão palestina e do discurso do autor, seleciona um lado. Percebam que o autor coloca o recuo de Israel como um fator que deveria condicionar a recolha dos palestinos. Ora, se Israel adiou a decisão sobre o despejo e mudou o trajeto da marcha, porque tanta alteração? A narrativa é que a “tensão” envolve “radicais dos dois lados”, como se houvesse simetria na proporção das forças em choque. Quando falamos em estudos de mídia, a neutralidade é percebida pelos telespectadores como “um fator que fortalece a credibilidade e a confiabilidade” de uma determinada fonte de notícias (OJALA, 2021, p. 2044). O fato incontestável, entretanto, é que essa neutralidade é performativa. As narrativas apresentadas pelo jornalismo são negociadas, não só pela dimensão ontológica e subjetiva de quem produz o jornalismo, mas por aqueles que definem [e financiam] os interesses da mídia, que favorece a formação de uma agenda política e da opinião pública. Compartilhamos do entendimento de imparcialidade e neutralidade de Biroli e Miguel (2012, p. 26):

A imparcialidade não é, portanto, a equidistância entre os lados, mas a capacidade de se apresentar como ocupando a posição do universal. E a neutralidade não é a ausência de valores, mas a naturalização de um padrão de valores que se transmuta de julgamento em fato.

Seguindo para o segundo exemplo, encontramos o mesmo tom de narrativa:

É imprevisível o que acontecerá nos próximos dias. O rumo dos acontecimentos é determinado pelos interesses políticos que tanto o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, e os líderes do Hamas têm no conflito. Tanto um como os outros enfrentam crises domésticas e veem na luta contra o inimigo histórico um fator agregador que enseja união interna. O que parece claro é que, após tantos anos de negociações infrutíferas, israelenses e palestinos preferem administrar o conflito a resolvê-lo, à custa da vida de muitas pessoas.

Por sua vez, o jornalismo *qualificativo* é aquele que emite juízo de valor. É predominante nas colunas de opinião, em que, detrás dos autores, os jornais podem se esconder de tomar partido. As notícias enquadradas nessa categoria demonstram uma

preferência, seja a favor ou contra a Palestina. Dão razão, e a tiram de atores da história. Como no exemplo a seguir, em que a *Folha de S. Paulo* convida os pesquisadores Bruno Huberman e Isabela Agostinelli para falar sobre *o colonialismo no centro da questão Israel-Palestina (2021)*:

Alguns israelenses, como o cônsul-geral de Israel em São Paulo, Alon Lavi, costumam justificar a violência nos ataques contra os palestinos sob a garantia do direito de Israel existir. Contudo, o que Israel exerce é, na realidade, o poder de existir na forma de tanques, bombas e aviões que submetem os palestinos à existência de um Estado de apartheid em suas terras.

De forma mais integrada, pegamos emprestados os enquadramentos de Gamson: vizinhos em rivalidade contínua; interesse estratégico; intransigência árabe; e expansionismo israelense. As classificações das notícias nesses enquadramentos se dará a partir de uma análise mais holística, levando em conta a linguagem, o discurso, os termos predominantes, os jornais, os convidados, entre outros fatores. Aproveitamos para reconhecer o trabalho do jornalista e professor Luiz Antônio Araujo, que trilhou em sua tese de mestrado, hoje livro *Oriente em revista (2021)*, o caminho que serviu de inspiração para a realização deste trabalho. Temos objetivos semelhantes, mas caminhos diferentes: “A relação entre os discursos do jornalismo [...] e o orientalismo permite verificar até que ponto o primeiro chancela, com seu selo perito, saberes produzidos pelo segundo como forma de silenciar, controlar e dominar aquilo que chama de Oriente.” (ARAUJO, 2021, p. 132)

3. O GLOBO - SHEIKH JARRAH

Criado em 1911, o Grupo Globo emplaca hoje todos os herdeiros de Roberto Marinho no grupo de bilionários da Forbes, consolidando a família como uma das mais ricas do mundo. João Roberto Marinho, presidente do Conselho de Administração, acumula desde 2022 a função de presidente do grupo, que compreende a emissora Globo (comandada pelo seu irmão Paulo Marinho) e pela Editora Globo (responsável pelos jornais *O Globo*, *Extra*, *Valor Econômico*, *Expresso da Informação*) (VALOR, 2021). Em entrevista⁷ para *O Globo* em 2012, o empresário enfatiza que o jornal preconiza textos longos nas matérias que julga importantes, “para o leitor poder ter visões diferentes de um mesmo assunto”. Marinho contou um pouco sobre a história do jornal:

O GLOBO nasceu em 1925, fundado por Irineu Marinho, após deixar “A Noite”, um jornal já de muito sucesso no Rio de Janeiro. Ele era sócio e levou boa parte da equipe para fundar O GLOBO. E sempre com a filosofia que vinha da “Noite”: um vespertino que tinha muita informação e agilidade, com ampla cobertura da cidade. Com esse DNA, O GLOBO foi evoluindo e se adaptando aos tempos [...] na década de 1990, com a maior qualidade do jornalismo na televisão, a gente concebeu esse projeto de 1995, que devia manter sua característica informativa, mas precisava diferenciar o que era mais relevante. Teria que deixar claro para o leitor quais eram as notícias mais importantes e criar uma diferença maior com as que não tinham tanto peso.

Com mais de cem anos, o grupo carioca frequentemente se envolve em assuntos controversos. O envolvimento nos assuntos econômicos e políticos é histórico: ainda em 1965, a emissora enfrentou a CPI do Time-Life, empresa estrangeira com a qual estabeleceu acordo. Financiou e foi financiada por diversos governos. A título de exemplo, de acordo com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, de janeiro a julho de 2022, a TV Globo recebeu um quarto dos gastos do governo do ex-presidente Bolsonaro com publicidade na televisão para veicular propagandas oficiais (equivalente a R\$12 milhões).

Com esse breve histórico, podemos imaginar que *O Globo*, assim como os outros jornais da Editora, tem poder sobre a formação da opinião pública. Essa relação pode ser definida como *agenda-setting*. A mídia tem o poder de moldar o que vai estar no centro do debate público. Antes de passarmos ao levantamento das notícias d’*O Globo*, é necessário que reconheçamos algo sobre o qual Lippmann (2008) nos alertou há mais de cem anos atrás, em seu livro *Opinião Pública* (1922): se as notícias não são locais, o interesse em afirmar a sua exatidão é baixo. É uma relação proporcional: “a correção diminui à medida que o

⁷ Entrevista disponível em:

<<<https://oglobo.globo.com/rio/joao-roberto-marinho-melhor-midia-ainda-o-papel-5616448>>>

assunto recua na distância.” (*Ibidem*, 2008, p. 285). Passemos aos dados levantados sobre o jornal *O Globo* em relação aos despejos em Sheikh Jarrah.

A ferramenta de pesquisa de *O Globo* carece de organização. Ela exhibe resultados não relacionados ao tema, mas que compartilham de letras sequenciais do termo pesquisado, e.g. *Jarrah* e *Jarbas*. Em razão disso, para filtrar as matérias, recorreu-se à ferramenta de pesquisa *Google Notícias*, que permite que o resultado das pesquisas seja restringido pelas ferramentas ‘frase exata’, ‘tem as palavras’, ‘excluir palavras’, ‘site’ e ‘data’. Pesquisando “Sheikh Jarrah” em *oglobo.globo.com*, com o nosso recorte de data já definido, obtivemos:

66 resultados para **SHEIKH JARRAH**;

66 resultados para **SHEIKH JARRAH**, com a pesquisa restringida ao período de 01 de janeiro de 2021 a 16 de dezembro de 2022.

Dessas 66 notícias em que a cidade de Sheikh Jarrah aparecia, foram selecionadas 54 matérias, que de fato estavam relacionadas à situação e aos seus desdobramentos. As doze notícias que ficaram de fora apresentavam uma hiperligação: uma referência de uma página web para outra em que um artigo sobre Sheikh Jarrah era citado, e.g., *Rebeldes houthis reivindicam ataque em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes*, e logo abaixo “Globo recomenda” - seguido por uma notícia de Sheikh Jarrah ou “notícias em imagem pelo mundo”. E por falar em imagem, duas se tornaram um emblema dos onze dias de ataques: o Domo de Ferro, sistema antimísseis do Exército de Israel, e um prédio em Gaza, bombardeado enquanto um jornalista fazia uma transmissão ao vivo. Todos os jornais, sem exceção, escolheram mostrar estes dois momentos. Uso aqui o verbo “escolha” porque há deliberação no que se apresenta. Havia quase uma beleza em exibir o Domo de Ferro. Cheio de luzes, cores e explosões, era como exibir ao público um show pirotécnico. De repente, era mais importante saber sobre o funcionamento da tecnologia desenvolvida com a ajuda dos Estados Unidos e sobre o “sucesso” das interceptações dos foguetes, do que sobre o despejo e as vidas perdidas. Susan Sontag (2003, p. 266) afirma que as imagens são objetos de contemplação - as imagens de atrocidades, principalmente, “podem atender a diversas necessidades”. Lidas as 54 matérias, aqui vamos às reflexões. Veremos não só quais necessidades atendem, mas quem tem suas necessidades atendidas pelo *O Globo*.

A começar pelos correspondentes, dois se destacam. Começamos este parágrafo suscitando um debate muito comum no campo literário: a dissociação do autor da obra. Aqui, entretanto, acreditamos que o contexto pessoal do autor tem, indubitavelmente, influência

sobre o que é escrito. Não pretendemos atribuir responsabilidades ou ultrajar ninguém, mas vamos considerar pontos importantes do contexto de cada jornalista para interpretar os textos. No *Globo*, Paola de Orte e Guga Chacra têm, respectivamente, cinco e quatro matérias publicadas sobre Sheik Jarrah, o maior número, levando em consideração os critérios anteriormente citados. Apesar de não ser uma particularidade somente d'*O Globo*, saber a autoria da matéria é muitas vezes uma tarefa difícil. Muitas matérias vêm identificadas apenas com o nome do jornal e o nome da agência de notícias das quais bebem da fonte, geralmente a *Agence France-Presse* (AFP) ou a *Reuters*, agências europeias que abastecem com informações e fornecem “matéria-prima” para diversos veículos de comunicação e organizações ao redor do mundo, como a *Google*. As agências também exercem uma função de agenda para os meios de comunicação, “alertando-os sobre eventos ou tópicos que merecem sua atenção e realizando uma triagem inicial no fluxo de eventos.” (LAGNEAU, 2022, p. 59, tradução nossa)

Correspondente d'*O Globo* no Oriente Médio, as análises de Paola de Orte vem *in loco*, direto de Tel Aviv. Com um pouco mais de profundidade do que o restante do jornal, a jornalista aborda questões que vão além dos ataques, tais como a ascensão em Israel do governo extremista, a ascensão ultradireitista de Itamar Ben-Gvir nas eleições israelenses e a crescente da questão nas redes sociais - assuntos estes abordados como desdobramentos, meses após os acontecimentos de maio. No mês dos ataques, os únicos tópicos abordados pela jornalista foram os protestos dos árabes-israelenses (questão coberta por todos os jornais) e o “fortalecimento do Hamas”⁸. A jornalista é mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e sua tese, coincidentemente, coloca em perspectiva a mídia e o “conflito entre árabes e israelenses”⁸.

Mas quem são os árabes-israelenses? Após a expulsão de cerca de 750 mil palestinos durante a *Nakba*, o Estado de Israel emergiu. Os árabes-israelenses que hoje compõem pouco mais de 20% da população de Israel são na verdade palestinos, que conseguiram de alguma forma resistir à catástrofe ou voltar à Palestina entre 1948 e 1950. Os que ficaram se tornaram os “bons árabes” (HACKL, 2020, p. 595, tradução nossa), que ganharam a designação pela relação de controle e assimetria de poder entre colono e colonizado. Controlados pelo plano de limpeza étnica implementado sistematicamente por Israel (PAPPÉ, 2016, p. 17), foram barrados de existir enquanto palestinos. A condição de ser foi limitada à presença dos colonos, que até hoje definem as condições de vida desses árabes despalestinizados por meio

⁸DE ORTE, Paola. *A mídia como arma de guerra e a batalha no campo ideacional: o conflito entre árabes e israelenses*. Universidade de Brasília. 2016.

das Leis Básicas (são subcidadãos e não gozam dos mesmos direitos que os judeus-israelenses). Suas vidas são limitadas aos espaços determinados pelos colonos. O que acessam, como acessam, tudo é controlado pelo Estado que subjuguou à categoria de subcidadão aqueles que assim “mereciam” por sua “complacência” com o Estado de Israel (pré-condição para o acesso à cidadania). Hackl afirma que o acesso parcial a cidadãos palestinos a Tel Aviv expressa como o regime liberal israelense - e regimes liberais num geral - suprimem inclusão urbana e socioeconômica, e o reconhecimento da identidade política dos colonizados (*Ibidem*, p. 595, tradução nossa).

Os termos “árabe-israelense” e “bons árabes” conferem legalidade à narrativa israelense. Os palestinos são controlados porque assim precisam ser. Reduzidos à obediência. Essa é a narrativa que legitima a colonização israelense, como se a possibilidade de ser condicionado à cidadã parte de Israel conferisse docilidade ao processo colonial. Muitos que se dizem *especialistas* no conflito, como o pró-Israel André Lajst⁹, louvam Israel porque o Estado dá aos palestinos a chance de convívio, como se este fosse harmônico e ilimitado. Mas as decisões políticas tomadas por Israel desde 1948 ainda reverberam na vida dos palestinos “integrados”, por isso é comum ouvirmos que a *Nakba* ainda está em curso. E está mesmo.

O Estado de Israel sequer tem constituição. “Muitas das decisões políticas tomadas por funcionários judeus após 1948 definem como os cidadãos palestinos são governados hoje em dia.” (*Ibidem*, p. 598, tradução nossa). O estado-nação é governado por Leis Básicas, que norteiam o poder legislativo israelense (*Knesset*) para manter a hegemonia e controle. Em 2018, o *Knesset* aprovou a *Lei-Básica do Estado-nação* (tradução nossa) (*Basic-Law: The Nation State of The Jewish People*)¹⁰, que determina Israel como um estado exclusivamente judeu, cuja capital é “Jerusalém unificada”.

1. (b) O Estado de Israel é o estado-nação do povo judeu, no qual ele realiza seu direito natural, cultural, religioso e histórico à autodeterminação.

7. *Jewish Settlement*: O Estado considera o desenvolvimento de assentamentos judaicos como um valor nacional e se compromete a agir para encorajar e promover seu estabelecimento e consolidação.

De caráter ufanista, a lei, disponível no próprio site do *Knesset*, dispõe em seus onze artigos sobre os símbolos, língua, religião e outras características do Estado judeu. O hebraico

⁹ Presidente Executivo da *StandWithUs* (ONG pró-Israel que se denomina como “apartidária”)

¹⁰Disponível em:

<<<https://main.knesset.gov.il/EN/activity/Documents/BasicLawsPDF/BasicLawNationState.pdf>>>

foi consolidado como a única língua oficial. O árabe foi rebaixado a um status especial que deve ser regulado se usado em instituições do Estado. A lei é a consolidação de uma narrativa histórica mentirosa que estabelece o direito à autodeterminação como um direito natural do povo judaico e incentiva o processo de colonização ainda em curso. É o sionismo em sua forma mais pura - o *establishment* de uma supremacia judaica. Para Jabareen e Bishara (2019, p. 29, tradução nossa) “há uma diferença enorme entre uma prática ilegítima que constitui uma política comum e o fundamentar de tal prática em um princípio constitucional”. É desonesto pensar que esta lei apenas consolidou algo que já era praticado, pois ela introduz práticas de conduta estatal e institucionaliza o uso da violência pelo Estado em sua condição de nação exclusivamente judaica.

Em reação às ameaças de despejos das famílias de Sheikh Jarrah, os “bons árabes” saíram em manifestação de solidariedade, com grandes concentrações nas cidades do centro de Israel: Acre, Lod e Haifa. Os protestos dos árabes-israelenses fizeram o então Primeiro Ministro *Benjamin Netanyahu* declarar estado de emergência em Israel. A mídia retratou como uma novidade: pela primeira vez em 55 anos - as forças de segurança poderiam então usar “força moderada” para conter as manifestações - como se o uso da força por Israel não fosse, antes mesmo de 1948, seu maior mecanismo de limpeza étnica.

O prefeito de Lod, Yair Revivo, comparou a situação à Noite dos Cristais, de 1938, quando forças paramilitares nazistas massacraram judeus na Alemanha e destruíram negócios, templos e residências, no episódio que marcou o início da perseguição aberta que levou ao Holocausto.

O trecho acima, colocado pelo *O Globo* em matéria sobre os protestos, reforçam uma estratégia muito comum dos sionistas. Sempre retomando o horror do holocausto, comparam o antissionismo ao antisemitismo, como se a oposição árabe (que também é semita) fosse contra os judeus, e não contra um Estado criado a partir de uma ideologia de **supremacia** judaica. Com muitas declarações, a correspondente Paola de Orte também escreveu sobre os protestos dos árabes-israelenses, dessa vez em Jaffa. Nesse texto, a prática jornalística de Paola de Orte, apesar de ter preconizado mais declarações de árabes do que de israelenses, cai em uma construção de discurso que preconiza um “ritual de objetividade”. A sua característica discursiva se materializa, como definem Biroli e Miguel (2012, p. 29):

[...] em procedimentos como o recurso equilibrado às fontes, permitindo que "os dois lados" da notícia se pronunciem, a ausência de adjetivação e a utilização de aspas (TUCHMAN, 1972), demarcando a heterogeneidade entre o autor e as fontes de informação (AUTHIER-REVUZ, 1990).

Alguns de seus textos cabem na classificação de jornalismo declaratório, pela abundante presença de depoimentos e declarações. Outros, na categoria analítica, já que adiciona, além dos depoimentos, um contexto mais trabalhado para introduzir as fontes. A jornalista apresenta, por exemplo, uma fala do presidente de Israel, e logo depois a opinião de um professor árabe, nativo de Jaffa, claro, declarações concorrentes.

A prática jornalística de Guga Chacra, por sua vez, vai em contramovimento à prática de Paola de Orte. De origem libanesa, os artigos divulgados pelo comentarista de política internacional da *Globo* são bem menos tímidos, dotados de personalidade - três dos seus quatro textos são colunas de opinião, em que tem espaço para tecer “comentários que contextualizam e explicam os grandes acontecimentos e temas da política internacional”. O único texto que foge do formato de opinião foi publicado na *Época*, revista que migrou para *O Globo* em 2021. Lippmann (2008, p. 70) diz que “algumas poucas palavras podem frequentemente representar toda uma sucessão de atos, pensamentos, sentimentos e conseqüências”. Enquanto Paola de Orte escolhe de forma mais recatada os termos presentes em seu texto, Guga Chacra utiliza a todo momento palavras sinuosas. *Ebulição, explosão, eclosão, tensão, choque*. Chega até a adjetivar em certas situações.

Israel, um país normal. Foi este o título de um dos textos de Chacra, publicado poucos dias após o cessar-fogo. Dos seus quatro textos analisados aqui, três não contam com declaração alguma e, o único texto que evoca algumas falas, é sucinto ao fazê-lo: “Seu secretário de Estado, Antony Blinken, por sua vez, disse que Israel possui o direito de se defender”. As poucas declarações aparecem incrustadas no texto, sem o uso de aspas. Os seus textos de opinião são curtos se comparados aos demais textos publicados pelo *Globo*, alguns parágrafos e pronto. Antes de analisá-los, é preciso lembrar que o jornalista tem um mestrado em Relações Internacionais pela prestigiada Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Ele faz questão de lembrar essa informação em muitos momentos. Talvez seja por causa dessa titulação que o autor sente tanta confiança em fazer os seus textos em um formato mais livre, tirando de seu próprio arcabouço epistemológico seus fatos, comentários, percepções e inquietações morais. Suas visões chegam a se contradizer. No texto *Em ebulição, Jerusalém Oriental pode explodir*, Chacra reconhece a tentativa dos “colonos judeus” de expandir as ocupações com os despejos: “A disputa, na visão dos defensores do despejo, seria sobre uma questão de posse imobiliária [...] Mas, na prática, envolve uma tentativa dos colonos judeus de aumentar a presença judaica na parte oriental de Jerusalém”. Poucos dias depois de reconhecer que os despejos são uma tentativa de colocar em prática um mecanismo colonial de expansão, Chacra escreve que Israel é um país normal:

Eu mesmo sou crítico de Israel em certos momentos e elogio o país em outros. Basta ver meus artigos. Elogio, e muito, o desempenho israelense na vacinação contra a Covid-19 e também o impressionante avanço tecnológico. Ao mesmo tempo, condeno a ocupação da Cisjordânia e a existência de regras distintas para judeus e árabes de Jerusalém tentarem reaver as suas propriedades perdidas em 1948.

É como se ele dissociasse o Estado de suas práticas. Basta olhar para o *Knesset* para entender que o governo é a personificação do Estado colonial judeu de Israel. A expulsão para a limpeza étnica é institucionalizada pelo Estado? Sim. Mas parece que para Chacra, não é problema. Afinal de contas, não viram que o país se destacou no quesito de vacinação contra a Covid-19? E o impressionante avanço tecnológico de Israel? Não deve ser difícil avançar tecnologicamente quando se é financiado pelo país mais rico do mundo. Segundo a BBC, os Estados Unidos concederam 3,8 bilhões de **dólares** em “ajuda” a Israel em 2020 - quase toda destinada à assistência militar. O financiamento faz parte de um acordo de 38 bilhões de dólares, estabelecido em 2016 entre Obama e Netanyahu, com a projeção de uma década (2017 - 2028), o maior acordo de assistência militar na história dos países. De acordo com Horton, Israel é o maior beneficiário geral de ajuda externa dos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial (HORTON, 2021, tradução nossa).

Começemos pelos críticos. A pessoa pode condenar os bombardeios à Gaza e até classificá-los como atrocidade. **Mas não se trata de genocídio.** Basta observar os números. Menos de 300 palestinos morreram nesta última guerra. Como comparação, cerca de um milhão de armênios morreram no genocídio armênio, assim como seis milhões de judeus no Holocausto [...] A pessoa também pode afirmar que os árabes-israelenses deveriam ter mais direitos dentro da sociedade israelense, que o bloqueio à Gaza deveria acabar, assim como a ocupação da Cisjordânia. Pessoalmente, concordo com estes três pontos. **Mas obviamente não se trata nazismo.** Basta estudar um pouco de história. Na realidade, Israel tem 76 pontos no índice do Freedom House, que mede a democracia ao redor do mundo. Como comparação, o Brasil tem 74; o Irã, 16; e a Suécia, 100. **No ranking da Economist Democracy Index, Israel está em 27º lugar no geral e em primeiro no Oriente Médio,** seguido pelo Líbano.

B'tselem, Anistia Internacional e Human Rights Watch. Em 2021, todas essas organizações deram declarações de que o Estado de Israel é um regime de apartheid: “um sistema cruel de dominação e crime contra a humanidade¹¹”. Textos como o de Chacra, que analisam a integridade do país sob a perspectiva de índices de grupos liberais como a *The Economist* e a *Freedom House*, não levam em conta, ou melhor, levam em conta, os mesmos preceitos de julgamentos que as organizações. Em uma análise prévia e não relacionada a esta

11

<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/02/israels-apartheid-against-palestinians-a-cruel-system-of-dominaton-and-a-crime-against-humanity/>

monografia, examinei ligeiramente a metodologia do Índice de Percepção da Corrupção (IPC), da organização *Transparency International* (TI), que mede a percepção da corrupção do setor público em diferentes países.

A começar, a *Transparency International* é financiada pelo Banco Mundial, um organismo que, segundo Teixeira (2010, n.p), tem sua dimensão ideológica “pautada nos interesses dos segmentos da burguesia articulados em torno de um projeto societário direcionado para a reestruturação capitalista”. Encontramos diversas fraquezas na metodologia do índice: não considera opinião pública; aproximadamente 84,62% das fontes utilizadas são de organizações eurocêntricas e norte-americanas. Por usar muitos dados de instituições com diferentes metodologias, as informações e referências se baseiam em valores e entendimentos dos próprios organismos. A título de exemplo, a *Freedom House*, índice citado por Guga Chacra, é uma das fontes utilizadas pela TI como fonte de dados para o IPC. Mas qual a definição de democracia para a *Freedom House*? Quando se faz o uso de índices como o Índice da Percepção de Corrupção e o *Economist Democracy Index*, se aceitam indiretamente as definições estipuladas pelas organizações que compõem a construção dos índices, que em sua maioria representam interesses liberais. Até que ponto pode-se apoiar na confiabilidade de um índice para defender se um Estado comete ou não genocídio?

Chacra naturaliza um padrão: Israel é defensável. A Palestina também. Mas esta, só quando não reage ao seu opressor. “Ao decidir atacar Israel com foguetes, o Hamas tirou o foco da questão do despejo de árabes em Jerusalém, na qual os palestinos desfrutavam de mais simpatia na comunidade internacional”. A normalização do Estado de Israel, principalmente no quesito militar, estende uma falsa simetria entre as Forças de Defesa de Israel (IDF), que ganham bilhões para financiar armamentos e equipamentos de defesa, e o Hamas, que produz seu armamento de forma limitada em Gaza. Claro, também recebe ajuda financeira de aliados, mas numa escala incomparável aos 38 bilhões estabelecidos no acordo entre os Estados Unidos e Israel. Obviamente, não há simpatia na comunidade internacional com um grupo caracterizado como terrorista pelos países hegemônicos. O próprio jornal *O Globo* emprega na maioria de suas notícias o termo “grupo militante” ou “grupo *islamita*”, empregando o termo militante e sufixo nominal “ita”, numa tentativa de atribuir uma característica pejorativa ao movimento.

Robinson (2004) define o Hamas como um movimento social. Ele explica que a atuação do grupo está “muito distante dos ataques suicidas”. O autor também explica o porquê é controverso estabelecer uma oposição entre grupos e Estados terroristas e grupos e Estados que utilizam do terror por motivos “políticos táticos”: “ao entender o terrorismo em

termos táticos, em vez de como um atributo genético de um grupo, as respostas racionais se tornam potencialmente mais eficazes e menos politicamente hipócritas.” (*Ibidem*, p. 112, tradução nossa). Ainda quando era correspondente do *Estadão* (2017), Guga Chacra publicou a seguinte matéria: “*Os EUA, com Obama, realizaram 26.171 bombardeios em 2016*”. Uma notícia tímida, de dois parágrafos, pouco mais de dez linhas. Sempre com a retórica de lutar contra os grupos terroristas dos países antidemocráticos, os Estados Unidos bombardearam a Síria, o Iraque, o Afeganistão, a Líbia, o Iêmen, a Somália e o Paquistão. O resultado desse “combate ao terror” vimos em 2021, no Afeganistão. O saldo da retirada das tropas estadunidenses depois de uma ocupação de 20 anos foi: um país completamente devastado, uma crise de refugiados, e a tomada do poder pelo *Talibã*.

As notícias d’*O Globo* entram em sua maioria na classificação de jornalismo declaratório. Por falta do recurso tempo, não será possível abrir espaço para dissecar cada uma delas, mas todas foram lidas, analisadas e categorizadas em tabelas de acordo com a metodologia e classificações já explicitadas. No jornal, a todo instante, as declarações demarcam as perspectivas dos “dois lados”. Vem uma declaração de Netanyahu, seguida por uma declaração “do braço armado do Hamas”. A questão Palestina é reduzida incessantemente aos termos “guerra”, “cabo de guerra”, “conflito”, “confronto”, “tensão”, como se só existisse disputa quando em ataque. A narrativa é a seguinte: “De lá para cá, israelenses e palestinos medem forças por território”. O mesmo jornal que divulga que Israel bombardeia clínicas de organizações humanitárias, instalações de saúde, hospitais, sede de agências de notícias¹², é o mesmo que reduz a questão (que envolve ocupação, limpeza étnica e ideologia - supremacia judaica) ao embate “Exército de Israel *versus* Hamas”, como se fosse uma briga de vizinhos por um lote.

Gamson enquadra a opinião de alguns dos personagens de sua pesquisa na categoria *vizinhos em rivalidade contínua*. Se enquadram nessa categoria, os discursos que demonstram “um senso de injustiça para cada lado, na medida em que respondem à atrocidade mais recente cometida pelo outro [...] Quando momentos de reconciliação ocorrem, não é a justiça, mas a razoabilidade e o bom senso que aparecem triunfantes” (GAMSON, 2011, p. 82). *O Globo* se encaixa perfeitamente nessa tendência discursiva de mostrar ao leitor que ouve o lado de cada vizinho em rivalidade. Curiosamente, esse foi o enquadramento mais consistente dos discursos analisados por Gamson, que verifica o fato sob a análise de 390 charges de nove momentos críticos na história da questão palestina, que ocorreram da criação do Estado

¹² Durante os 11 dias de ataque, o prédio que abrigava a agência de notícias *Associated Press* e o *Al Jazeera* foi bombardeado.

de Israel (1948) até os três primeiros meses da Primeira Intifada (1988). Retratar a questão dessa maneira nos parece, então, algo crônico do discurso midiático e, o jornalismo declaratório, a síntese desse *doisladismo* dominante no discurso da mídia, que transfere a sua responsabilidade para o interlocutor com quem o leitor, de fato, interage. Vejamos em números como se comporta o jornal *O Globo*:

3.1. Tabela 1.

<i>O GLOBO - DESPEJOS EM SHEIKH JARRAH E SEUS DESDOBRAMENTOS</i>				
JORNAL	<i>NOTÍCIAS</i>	<i>DECLARATÓRIO</i>	<i>ANALÍTICO</i>	<i>QUALIFICATIVO</i>
<i>O GLOBO</i>	54 (100%)	44 (81,48%)	5 (9,26%)	5 (9,26%)
AUTOR (A)				
P. DE ORTE	5 (100%)	3 (60%)	2 (40%)	
G. CHACRA	4 (100%)		1 (25%)	3 (75%)

4. FOLHA DE S. PAULO - SHEIKH JARRAH

A *Folha de S. Paulo* surgiu em 1960, derivado de suas versões *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*, fundadas em 1921 pelo filho de imigrantes portugueses Olival da Costa. O jornal foi criado para concorrer com o também paulistano *O Estado de S. Paulo* (apelidado de *Estadão*), que, fundado pela elite republicana, era embebido por uma forte ideologia conservadora (TASCHNER, 1992). No contexto da Revolução de 1930, a *Folha*, que apoiava o Presidente Washington Luís, teve a sua sede destruída por apoiadores de Getúlio Vargas: “máquinas de escrever, cadeiras e mesas [...] arremessadas pela janela. Bobinas de papel-jornal foram desenroladas até a praça da Sé”. Depois da redação sucumbir ao fogo, Olival da Costa vendeu o que restou do jornal para Octaviano Alves de Lima, empresário da indústria cafeeira. (FOLHA DE S. PAULO, 2020)

Depois de enfrentar grandes mudanças e momentos históricos, em 1962, a *Folha* foi comprada por Otavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Frias ficou à frente do jornal até a sua morte (2007), e foi responsável por implementar mudanças importantes, como explica a *Folha de S. Paulo*¹³:

1976 - É criada a seção "Tendências/Debates", pautada pelo princípio da pluralidade. A publicação de artigos de todos os matizes ideológicos desempenha papel importante no processo de redemocratização do Brasil.

1984 - Com Otavio Frias Filho na Direção de Redação, é publicado o primeiro Projeto Editorial, que defende um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. No mesmo ano, a *Folha* implanta o "Manual da Redação", editado em livro.

1989 - A *Folha* é o primeiro veículo de comunicação do país a criar o cargo de Ombudsman, jornalista encarregado de receber, investigar e encaminhar queixas de leitores e analisar a qualidade do jornal.

Economista de formação e banqueiro, Luiz Frias Oliveira¹⁴ é filho de Otavio Frias de Oliveira. Tal qual a família Marinho (Grupo Globo), o negócio é familiar. Frias, que é o atual presidente do Grupo *Folha*, emplaca a lista da Forbes (2021) como o décimo segundo homem mais rico do Brasil, com uma fortuna avaliada em mais de 25 bilhões. Fazem parte do conglomerado do Grupo empresas como a PagueSeguro, o Banco Seguro S.A. e o UOL (Universo Online). Além do próprio Frias, o conselho editorial do grupo, cuja função é “criticar o jornal, trazer novas ideias e discutir tendências”, tem um novo quadro desde 2021, composto por algumas personalidades singulares, como Luiza Helena Trajano, presidente da

¹³ *História da Folha*. Folha de S. Paulo, s/d.

¹⁴Perfil de Luiz Frias, s/d. Disponível em: <<https://www.sun0.com.br/tudo-sobre/luiz-frias>>

Magazine Luiza, Persio Arida, ex-presidente do Banco Central, a filósofa Sueli Carneiro, e o advogado especialista em direitos humanos, Thiago Amparo. Contextualizados o histórico do jornal e seu atual quadro, vamos à análise das notícias sobre Sheikh Jarrah.

A ferramenta de pesquisa do site da *Folha* oferece um sistema bem mais aprimorado em relação ao *Globo*, com pesquisa por termo, período e seções. Dessa forma, obtivemos o seguinte resultado:

52 resultados para **SHEIKH JARRAH**;

26 resultados para **SHEIKH JARRAH**, com a pesquisa restringida ao período de 01 de janeiro de 2021 a 16 de dezembro de 2022.

De cara, um autor se destaca. Diogo Bercito. Ele emplaca seis das vinte e seis notícias sobre Sheikh Jarrah. Com mestrado em estudos árabes pela Universidade de Georgetown, Bercito é autor de “*Brimos*”, livro sobre a história da imigração sírio-libanesa para o Brasil. O jornalista é também responsável pelo blog *Orientalíssimo* da *Folha*, e já foi correspondente do jornal em Jerusalém. O blog, entretanto, não é alimentado desde novembro de 2022, sendo a última matéria, em ritmo de Copa do Mundo, sobre o Qatar. De suas seis matérias, duas foram publicadas neste blog. As outras quatro, no caderno “Mundo”, de política internacional.

As notícias escritas por Diogo Bercito se destacam por quebrar o padrão encontrado nos textos d'*O Globo*. O autor não retrata a questão palestina como uma simples briga de vizinhos, baseada apenas em declarações de ambos os lados. Pelo contrário, sua abordagem é caracterizada por uma delicadeza que vai além dos ataques, permitindo análises mais aprofundadas. Embora não enfatize sua opinião pessoal, Bercito evidencia questões que outros jornais não abordam, colocando em perspectiva questões negligenciadas por outros veículos de comunicação.

No desenrolar dos ataques, o autor da notícia apresentou uma contextualização sucinta sobre o bairro de Sheikh Jarrah e a situação de despejos, trazendo à tona aspectos históricos da cidade e experiências pessoais vividas durante sua estadia em Jerusalém. Bercito dá ênfase no que definem as leis básicas do Estado de Israel: “A lei israelense permite que israelenses retomem as propriedades que eles deixaram em 1948. Palestinos, porém, não podem fazer o mesmo”. Essa ênfase sugere críticas indiretas em relação à legalidade e ao impacto da jurisdição na garantia dos direitos dos palestinos. O autor segue com esta articulação em

todos os seus textos. Essa abordagem permite que as vozes dos palestinos sejam ouvidas e que suas perspectivas sejam consideradas. “Em 2014, quando escrevi minha reportagem, a família Kurd tinha que dividir sua casa com colonos judeus que tinham se instalado ali, sob a vista das autoridades.”.

Assim como outros autores, Bercito utiliza a expressão "colonos judeus". Apesar de tentar se distanciar, ele reconhece o significado carregado dessa expressão ao mencionar, sem aspas, a expulsão de famílias palestinas. Ainda que não intencionalmente, estas palavras destacam o processo em curso de colonização. O autor aponta a narrativa utilizada por Israel para justificar a limpeza étnica (expressão que atribui de forma clara aos palestinos). Uma parte dessa narrativa é baseada na história de Simeão, personagem que habitava Jerusalém por volta de 300 a.C., além da suposta compra de terrenos no século XIX. A notícia termina apontando o evento na Mesquita de *Al-Aqsa* e o início dos bombardeamentos. Quanto à classificação do Hamas, Diogo Bercito fala em “facção radical”.

Agravando a situação, a facção radical Hamas lançou foguetes contra Jerusalém. O grupo, considerado terrorista por Israel e pelos Estados Unidos, vinha ameaçando Israel devido ao que estava acontecendo em Sheikh Jarrah e na mesquita de al-Aqsa. Em revidé, o Exército israelense bombardeou a faixa de Gaza.

Ainda que Bercito fale sobre os eventos na Mesquita, o lançamento de foguetes pelo Hamas não é a iniciação da violência, mas a réplica dos violentos ataques à *Al Aqsa*. O bombardeio de Israel tampouco é a defesa, mas a réplica à situação. A ação do grupo islâmico que controla a faixa de Gaza é uma resposta não só à violência contra os palestinos, mas contra o desrespeito ao dia e à época mais sagrada dos muçulmanos. É crucial entender que o direito de recorrer à força armada é sistematicamente negado aos palestinos, como se Israel fosse o único com o direito de se defender por meio de armas.

Quando mísseis israelenses atingem Gaza, não há para onde fugir. “Soltas nas páginas do jornal, as notícias dos bombardeios israelenses contra a Faixa de Gaza não dão a dimensão da tragédia vivida hoje por palestinos nesse território à margem do Mediterrâneo”. Esta é a primeira frase da notícia produzida por Diogo Bercito (2021) para a *Folha*. Aqui, o autor começa ressaltando aquilo que mostramos até agora: a verdadeira extensão da complexa questão palestina, frequentemente chamada de "conflito", não pode ser reduzida a simples relatos de ataques. Susan Sontag (2003) nos alertou sobre o perigo da banalização do sofrimento humano decorrente da exposição constante a imagens de tragédias nas notícias. Essas reportagens não conseguem transmitir integralmente o sofrimento e as dificuldades

enfrentadas pelos palestinos, colocando de lado a sua dor e priorizando uma visão egoísta que preconiza uma equidistância inexistente.

Gaza tem uma área de 365 quilômetros quadrados, equivalente a um quarto da cidade de São Paulo. Moram ali 2 milhões de pessoas, fazendo da faixa um dos lugares mais povoados do mundo. É um território apinhado de gente, empobrecido, sem acesso à infraestrutura mais básica.

Em um ensaio publicado pela revista do Laboratório de Análise Internacional da Universidade de São Paulo (LAI/USP), discuti a situação de direitos humanos da população jovem em Gaza, cidade que Noam Chomsky classifica como uma prisão a céu aberto. Publicado pelo *Euro-Mediterranean Human Rights Monitor*, o dossiê de *violações israelenses contra crianças e mulheres durante o ataque militar a Gaza* mostram o saldo dos 11 dias de ataque: mais de 91% das crianças com estresse pós-traumático; cerca de 42.000 crianças tiveram seus lares danificados; 5.400 tiveram suas casas totalmente destruídas; 240 crianças perderam um ou ambos os pais, 2.500 grávidas saíram com riscos de complicações durante e após a gravidez e mais de 400.000 crianças tiveram seu acesso à água dificultado devido às explosões (EURO-MED, 2021, apud SANTOS, 2021, 55).

Como citado anteriormente, outros dossiês, publicados consonante aos ataques, apresentam as tentativas de limpeza étnica de Israel e o classificam, do ponto do direito internacional, como um Estado regime de apartheid. Diogo Bercito foi o único autor de todos os jornais a anunciar essa movimentação com uma reportagem: *ONGs elevam tom anti-Israel com acusação de apartheid contra palestinos*. A acusação de apartheid social não é nova, mas um consenso que vem se fortalecendo entre as organizações internacionais. O autor traz declarações tanto de quem apoia essa tese quanto de quem a refuta.

"Não há um crescente consenso de que Israel é um regime de apartheid", diz Kontorovich, refutando a tese da reportagem. Tanto que países como os Estados Unidos e a Alemanha foram a público criticar o relatório da Anistia Internacional. Essas organizações de direitos humanos são, segundo o professor, extremamente politizadas —e representam a minoria, ademais.

Diogo Bercito não toma parte em relação à definição, mas reconhece as razões pelas quais as acusações de apartheid se estabelecem. Claro, como vimos no início do capítulo, o *Manual da Redação da Folha* é bem claro quanto aos seus mandamentos. Enquanto jornal imparcial, o jornalista não deve insinuar qualquer opinião ou qualificar aquilo que noticia. O que vemos nos textos de Bercito, entretanto, é um esforço, às vezes sutil, muito bem orquestrado para colocar em voga uma retórica dissidente, ainda que nos padrões de um jornalismo ortodoxo.

O correspondente foi também o único a noticiar a carta aberta¹⁵ sobre a cobertura da mídia dos EUA sobre a Palestina. Assinada por mais de 500 jornalistas de veículos como *The New York Times*, *The Washington Post* e *Al Jazeera*, o documento expressa uma grande preocupação com o desequilíbrio na forma como a mídia retrata a questão, destacando a falta de inclusão de vozes e experiências palestinas. “A assimetria no contexto não se limita apenas à linguagem que usamos; as histórias tendem a amplificar desproporcionalmente as narrativas israelenses enquanto suprimem as palestinas.” Os signatários enfatizaram que “encontrar a verdade” e “responsabilizar os poderosos” são princípios fundamentais do jornalismo, que tem falhado constantemente em oferecer esses valores aos leitores (2021, tradução nossa). A notícia de Bercito termina identificando o crescente levante de jornalistas, políticos e celebridades em prol de uma mudança de narrativa em relação à Palestina. Em outra reportagem, o correspondente também traz a importante fala de Abdel Razek, que faz coro às preocupações da carta: “Palestinos só aparecem na imprensa quando lançam pedras, quando estão com raiva, quando são uma massa de pessoas. Nunca retratam nossas histórias, personalidade, sentimentos.”.

Essa é também a preocupação da família el-Kurd. Os irmãos e moradores de Sheikh Jarrah, Muna e Mohammad el-Kurd, ganharam reconhecimento internacional ao se movimentarem online, chamando atenção para a expulsão das famílias do bairro. Com projeção principalmente no Instagram, os gêmeos ganharam força como grandes lideranças palestinas, tendo suas vozes espalhadas pelas redes sociais. Foram presos por Israel na chama desta potente projeção internacional, sob a alegação de participação nas manifestações contra os despejos. Após horas de detenção, foram soltos. Podemos reconhecer que essa detenção foi uma, entre as várias tentativas arbitrárias de Israel silenciar a oposição.

E não foi só Israel que tentou silenciar quem se opôs a seu regime. Aqui no Brasil, durante os despejos de Sheikh Jarrah, influenciadoras digitais brasileiras pró-Palestina tiveram diversas de suas postagens suprimidas da plataforma Instagram, além de “problemas técnicos”, como “impossibilidade de abrir lives, desaparecimento do perfil na busca do Instagram, diminuição significativa do alcance dos posts, retiradas de publicações do ar” (KARHAWI e SÉ, 2021, n.p.). Issaaf Karhawi e Letícia Sé publicaram um artigo cujo objetivo foi analisar o pronunciamento do Instagram (Brasil) sobre a supressão dos posts das influenciadoras pró-Palestina em maio de 2021. Em *Censura ou problema técnico?*, as

¹⁵ *An open letter on U.S. media coverage of Palestine, 2021.*

pesquisadoras, que falam em opacidade algorítmica, demonstram que o Instagram se apoia no mesmo discurso de neutralidade do jornalismo tradicional e da internet digital. Apesar das redes sociais moldarem a forma como alguns assuntos são discutidos, plataformas como o Instagram ainda falam em um digital que preza pela neutralidade, pela liberdade de expressão e pela “construção de comunidades democráticas”. (KARHAWI e SÉ, 2021, n.p.).

Para dialogar com este trabalho, destacamos também um ponto interessantíssimo no texto - as autoras trazem uma entrevista do próprio Diogo Bercito, em que discute o poder de mudança de narrativa das redes sociais e seus impactos na opinião pública. (BERCITO 2021, apud KARHAWI e SÉ, 2021, n.p.)

A sensação que eu tenho entre meus amigos palestinos é que "estão de saco cheio" e expressam isso nas redes sociais. Mohammad al-Kurd, jovem ativista, dava entrevistas a canais americanos e depois ia ao Twitter contar o que a reportagem cortou de sua fala. Isso aconteceu muito, muita reivindicação nas redes, que chegou ao jornalismo.

Naquele ano, os irmãos el-Kurd entraram para a lista da revista *TIME* como duas das cem personalidades mais influentes do ano. A luta da família contra a ocupação, entretanto, não começou em 2021. *My Neighbour* (2012), documentário que retrata a expansão da ocupação de Jerusalém Oriental, tem como protagonista Mohammed el-Kurd. Três anos antes, a família enfrentou a tomada de metade da sua casa por colonos judeus, como explicou Mohammed, que também é jornalista e poeta, em seu discurso ¹⁶diante da Assembleia Geral das Nações Unidas (2021):

Quando eu tinha 11 anos, voltei para casa da escola e vi os meus móveis espalhados por toda a extensão da minha rua em Sheikh Jarrah, um bairro em Jerusalém ocupada. A rua transbordava de soldados, policiais e colonos. Meus vizinhos estavam gritando e protestando. Colonos haviam invadido nossa casa e assumido metade dela. **Eles diziam que era deles por decreto divino, como se Deus fosse um corretor de imóveis.**

Num geral, o jornalismo de Diogo Bercito se encaixa na categoria analítica, com algumas reportagens opinativas. Mas, diferente de outros interlocutores que evitam a qualquer custo a impressão de um jornal parcial, o correspondente procura trazer diferentes perspectivas e questionar as narrativas estabelecidas, embora o faça de maneira cuidadosa e dentro dos limites impostos pela *objetividade* jornalística. Alocado nas categorias de Gamson, a produção de Bercito é uma mistura de dois enquadramentos: o *expansionismo israelense*, com um quê de *vizinhos em rivalidade contínua*. Diogo não faz declarações

¹⁶ *Speech by Mohammed Al-Kurd before the UN General Assembly*

reducionistas que apresentam a questão como um ciclo de violência contínuo alimentado por hostilidades dos dois lados. O jornalista, ainda bem, sequer fala em dois lados, mas também não corresponde a algumas expectativas que se estabelecem no enquadramento de expansionismo, cremos, em razão do tradicionalismo da *Folha*. Mesmo que por razões óbvias não se manifeste em relação a uma narrativa pró-palestina, ainda assim, pelas suas reportagens, discursos, e principalmente, escolhas temáticas, podemos inferir que o autor entende, sim, como uma das raízes da questão “a intransigência de Israel e o desejo por mais território”, assim como entende os Estados Unidos e seu apoio a Israel como uma peça central no xadrez da geopolítica do Oriente Médio. (GAMSON, 2011, p. 295)

Com menos protagonismo que Diogo Bercito, aparece também Lucas Alonso, repórter do caderno Mundo, com três reportagens publicadas em maio de 2021 sobre os despejos forçados de Sheikh Jarrah (sendo duas coautorias). No olho do furacão, as reportagens publicadas nos dias 10, 11 e 12 de maio, respectivamente, apresentam ao leitor os bombardeios entre Israel e Gaza. A primeira notícia reporta os disparos de foguetes pelo “grupo islâmico” Hamas, como pontapé da escalada da violência. Apesar da retórica, o texto traz uma contextualização mais consistente, se comparado a notícias similares d’*O Globo*, com histórico, tuítes e mapas. Ainda assim, a escrita tem uma quantidade excessiva de declarações. A segunda reportagem segue um caminho muito familiar, mas dessa vez reporta o ataque israelense a um prédio do Hamas. Os mapas e imagens são iguais, um *recap* da reportagem anterior, para noticiar um novo ataque.

A terceira e última notícia traz os desdobramentos da comunidade internacional em relação à violência. Os mesmos mapas (que mostram Sheikh Jarrah e o quadrilátero de Jerusalém) reaparecem. Com um contexto que lista os “confrontos” mais recentes entre Israel e a Palestina (de 2014 a 2020), o texto traz uma sessão de “repercussão”, com declarações de mais de quinze países e organizações: Estados Unidos, China, União Europeia, ONU, Embaixada de Israel no Brasil, Confederação Israelita do Brasil, Federação Israelita do Estado de São Paulo, Reino Unido, Alemanha, Liga Árabe, Irã, Turquia, Organização pela Cooperação Islâmica, Cruz Vermelha e Tribunal Penal Internacional. Caso essa reportagem não fosse um apanhado das notícias anteriores, poderíamos classificá-la pelo seu nível analítico. Mas o texto não põe novidades à mesa. Ele regurgita as falas de maneira nada antropofágica. Não se “vomita os excessos a fim de avaliar o que de fato se quer deglutir” (VIANNA, 2005 apud MELAMED, 2004, n.p). Ao mesmo tempo em que nos fica a impressão de que o jornalista quis trazer mais de quinze diferentes fontes para enriquecer o

debate e apresentar a repercussão internacional, também parece que as fontes foram colocadas ali pela praticidade em “‘fechar’ a matéria com fontes oficiais e declarações de personalidades públicas” (OLIVEIRA, 2020, n.p).

A *Folha* deu também espaço aos dissidentes, como Bruno Huberman¹⁷, que, com a coautoria de Isabella Agostinelli, escreveu o único texto, dentre todos os veículos aqui analisados, que colocou “*O colonialismo no centro da questão Israel-Palestina*”.

Contudo, o que Israel exerce é, na realidade, o poder de existir na forma de tanques, bombas e aviões que submetem os palestinos à existência de um Estado de apartheid em suas terras. Um poder colonial profundamente assimétrico, que tem feito do conflito um massacre.

O trecho é uma crítica a Alon Lavi, à época cônsul-geral de Israel, que também ganhou espaço na *Folha* durante os ataques desdobrados pela expulsão dos palestinos em Sheikh Jarrah. Lavi publicou que “a violência entre Gaza e Israel voltou porque o Hamas, uma organização terrorista, decidiu provocar violência mais uma vez”. O cônsul sequer citou o bairro Sheikh Jarrah ou o contexto dos acontecimentos. Como todo sionista, serviu-se do fantoche terrorista Hamas, que “nega o direito de Israel existir”, e do artifício do antissemitismo e do racismo. Em linhas gerais, a *Folha de S. Paulo* foge do jornalismo declaratório. Das 26 notícias sobre Sheikh Jarrah, mais de 20 se encaixam na categoria analítica e qualificativa. O paulistano está anos-luz à frente do jornal carioca na qualidade editorial, se destacando também nas variáveis estilo, linguagem e redação.

Em relação às classificações de Gamson, a *Folha de S. Paulo* adota abordagens mais amplas, que tornam difícil enquadrar o jornal em uma única categoria, exceto quando se trata de seu porta-voz, repórter em assuntos do Oriente Médio, Diogo Bercito, um quadro já analisado. Gamson fala no enquadramento *dupla libertação*, enquadramento este que ele não usa para categorizar a opinião dos personagens, mas que aparece ao final de sua obra como um apêndice: “palestinos e árabes precisam aceitar o direito de existir de Israel [...] ao mesmo tempo, Israel deveria [...] reconhecer que o movimento nacional pela palestina pode ser satisfeito somente por meio da construção de um estado palestino” (GAMSON, 2011, p. 295). Descartados os convidados passageiros, a construção fixa do editorial do jornal está em

¹⁷ A pesquisa de doutorado de Bruno Huberman “*A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo: desenvolvimento, pacificação e resistência em Palestina/Israel*” foi premiada em 2021 como a melhor tese do país pela Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI).

constante trânsito, mas não pende ao *doisladismo*, nem ao quadro de vizinhos em guerra. Vejamos então o quadro final do jornal *Folha de S. Paulo*:

4.1. Tabela 2.

FOLHA DE S. PAULO - DESPEJOS EM SHEIKH JARRAH E SEUS DESDOBRAMENTOS				
JORNAL	NOTÍCIAS	DECLARATÓRIO	ANALÍTICO	QUALIFICATIVO
<i>FOLHA</i>	26 (100%)	5 (19,23%)	11 (42,30%)	10 (38,46%)
AUTOR (A)				
D. BERCITO	6 (100%)		4 (66,67%)	2 (33,33%)
L. ALONSO	3 (100%)	1 (33,3%)	2 (66,6%)	

5. O ESTADO DE S. PAULO - SHEIKH JARRAH

Criado em 1875 sob o nome de "A Província de S. Paulo", o centenário *O Estado de S. Paulo*, ou *Estadão*, se destaca como um forte ator político no Brasil. Com mais de um século de história, o jornal permanece nas mãos da família Mesquita desde sua aquisição por Júlio Mesquita, um dos fundadores, que comprou o grupo em 1902. Diversas análises já feitas por estudiosos das áreas de comunicação e de política apresentam o *Estadão* como uma mídia alinhada a valores liberais - não à toa. O jornal, parte do Grupo OESP (O Estado de S. Paulo), tem um histórico intenso de envolvimento no cenário político, que vai desde o apoio à deposição de João Goulart (1964), até o incentivo do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff¹⁸ (2016). Houve uma extrema dedicação do *Estadão* para escrever sobre este último tema (MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2018, p. 231). Ainda hoje, com a volta de Lula ao poder, o grupo publica dezenas de textos que corroboram a narrativa (das pedaladas fiscais) divulgada à época. Basta uma rápida pesquisa com as palavras "Estadão e Impeachment" para nos depararmos com textos que criticam o uso da palavra "golpe" e que trazem declarações como "Tratar impeachment de Dilma como 'golpe' não ajuda o País". Exposto esse contexto, nos concentremos agora nas notícias do jornal sobre o caso de Sheikh Jarrah.

A ferramenta de pesquisa do site do *Estadão*, assim como a da *Folha*, oferece um sistema melhor estruturado, que oferece ao interlocutor facilidade em questão de selecionar o que deseja consumir. Estes foram os resultados:

44 resultados para **SHEIKH JARRAH**;

23 resultados para **SHEIKH JARRAH**, com a pesquisa restringida ao período de 01 de janeiro de 2021 a 16 de dezembro de 2022.

Diferentemente d'*O Globo* e da *Folha de S. Paulo*, o jornal *Estadão* não tem nenhum autor em destaque. Das 23 notícias, 19 são atribuídas à *Redação* do jornal, o que corresponde a 82% das matérias sem a designação de um autor específico. Consta nas instruções gerais do Manual de Redação: "Nunca se esqueça de que o jornalista funciona como intermediário entre o fato ou fonte de informação e o leitor. [...] Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões". A primeira

¹⁸ *O impeachment é o melhor caminho*. Estadão, 2016. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/opiniao/impeachment-e-o-melhor-caminho/>>

matéria sobre Sheikh Jarrah, entretanto, já começa com a seguinte frase: “A Cidade Santa vive dias de tensão **em razão das manifestações de palestinos**, que protestam contra os planos de expulsar quatro famílias palestinas do Bairro de Sheikh Jarrah”. O jornal até acertou na designação dos despejos como expulsão, mas estabeleceu uma locução causal que determina que a “tensão” em Jerusalém se dá em função das manifestações dos palestinos. Um claro exemplo de como um jornal pode impor a normalização de uma narrativa ao seu leitor.

Na mesma matéria, a redação consegue, ainda, quebrar mais uma vez o seu próprio código de escrita. Ao citar supostos tiros disparados por palestinos contra militares de Israel, o *Estadão* usa entre aspas a seguinte declaração da polícia israelense: "três terroristas atiraram na direção da base da guarda de fronteira em Salem". Ao final, trazem uma declaração do Ministério da Saúde da Palestina: “A identidade dos agressores não foi revelada, nem pelas autoridades israelenses, nem pelo Ministério da Saúde palestino, que confirmou a morte de dois **"cidadãos"**.” Neste trecho, a redação utiliza as aspas novamente, mas agora como um recurso linguístico que denota uma reserva em relação ao uso do termo "cidadão" para se referir aos palestinos mortos. O uso das aspas na palavra "cidadãos" revela uma predileção por um lado na cobertura jornalística. Ao citar a declaração da polícia de Israel entre aspas, o *Estadão* indica que a terminologia "terroristas" foi empregada pela polícia, não necessariamente refletindo a posição do próprio jornal. No entanto, ao ironizar a designação de "cidadão" feita pelo Ministério da Saúde da Palestina, expressam concordância com a atribuição do termo "terroristas" para os palestinos mortos.

Numa análise mais holística, os textos do *Estadão* são bem parecidos com os d’*O Globo*, ainda que bem menos tímidos. Declarações, *doisladismo* e similaridade em vocabulário. Para os dois, o Hamas é um grupo de “militantes islâmicos”. Os dois jornais levantam a questão dos “árabes-israelenses” - o *Estadão* apresenta a situação como um “surto de protestos voláteis”. Toda a situação é descrita como uma guerra entre dois entes, com o uso abundante dos termos conflito, tensão, etc. A narrativa, simplista e equivocada, é de uma guerra entre religiões: “Muitos fatores geopolíticos estão em jogo, além das questões religiosas, especialmente e justamente por elas, no que diz respeito à Jerusalém que é considerada como o local de mais difícil solução das disputas.” (ARRUDA, 2021).

Aparecem algumas narrativas diferentes, mas poucas. Uma delas é o artigo de Ibrahim Alzeben, Embaixador da Palestina no Brasil. Curiosamente, o divulgaram sem mencionar seu nome. Apenas mencionaram “Embaixador da Palestina”. Em seu texto curtíssimo, se opõe de forma incisiva às estratégias políticas de Netanyahu: “[...] ele pretende enfraquecer as forças

políticas e seguir a narrativa já cansativa de mostrá-las como agressores e terroristas”. A política executada por Netanyahu é, ainda, a mesma política fundante do Estado de Israel. Além da limpeza étnica, a guerra verdadeira é a de narrativas. As expulsões de Sheikh Jarrah e a violência na Mesquita de *Al-Aqsa* são apenas algumas das estratégias que o Estado sionista vem utilizando há décadas para aprofundar no imaginário coletivo uma narrativa negativa em torno da Palestina. O dilema conversa justamente com o que a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie chama de “o perigo de uma história única”.

A exemplo, enquanto Guga Chacra preconizava Israel pelo excelente desempenho na vacinação contra a Covid-19, Lourival Sant’Anna, colunista do *Estadão*, apontava em seu único texto a discrepância gritante em termos de vacinação. Vale lembrar que a Palestina estava passando por tudo isso (maio de 2021) enquanto o mundo engatinhava para se recuperar de uma pandemia global:

Apenas 44 mil palestinos, ou 1% da população, foram imunizados até agora por pequeno número de doses enviados por Israel e doações da Covax e Sputnik. O número de casos nos territórios palestinos saltou recentemente de mil por semana para mil por dia. Em contraste, Israel é um dos países com maior índice de vacinação do mundo: 5 milhões de israelenses, 54% da população, tomaram as duas doses da Pfizer.

A redação do jornal publicou também a tradução de um artigo da famosa (e também liberal) *The Economist*. Apostando em uma saída diplomática para a questão (como se a Palestina já não tivesse sido entregue aos seus algozes pela ONU durante a partilha), o texto enfatiza a necessidade do diálogo entre as partes para a “paz duradoura”. Com o argumento de que a violência é contraproducente, parece que preferem ignorar as lições da história. Mesmo reconhecendo no texto que Israel fere o direito internacional (nestas palavras) com seus assentamentos, postos de controles, bloqueios e regimes de licença, Israel e a Palestina devem apertar as mãos. “O território tem dificuldade de manter as luzes acesas; a água da torneira está suja. O desespero em tais condições levou à violência em 2018 e 2019 e está alimentando o surto atual.”. De alguma forma, mesmo reconhecendo todas as crueldades sob as quais os palestinos estão diariamente subjugados, as forças políticas são igualadas. Aliás, sequer são igualadas. O artigo responsabiliza muito mais as lideranças palestinas (Hamas, Fatah, AP) pela falta de progresso no processo de paz, do que o regime dos líderes israelenses. Além de culpabilizar palestinos por facilitar que “não haja parceria para a paz”, o jornal atribui a violência ao “desespero” dos jovens palestinos, que “preferem enfrentar Israel”, esquecendo todos os outros fatores que os levam a “preferir” enfrentar o regime de

ocupação de Israel. Sem ao menos parafrasear, o *Estadão* logo adotou a narrativa do *Economist*: “israelenses e palestinos preferem administrar o conflito a resolvê-lo”.

Dos três jornais, o *Estadão* foi o que menos falou sobre o tema. Não só pelo número de publicações. A título de comparação, o *Estadão* publicou 23 notícias. A *Folha*, 26. Uma diferença pequena. Mas como já vimos, com abordagens bem diferentes em relação à questão, a *Folha* se destacou com alguns pontos positivos. Já o *Estadão* se destacou negativamente pela sua cobertura dos eventos. Tanto o *Globo* quanto a *Folha* publicaram diversas matérias durante 2022 para retomar os desdobramentos de Sheikh Jarrah. O *Estadão* não publicou nada. Ademais, foi fácil se perder nos cadernos do editorial. As matérias foram apresentadas sem nenhuma estrutura. Às vezes em blogs de opinião cujo autor não era responsável pela matéria, ou em “espaço aberto” ou “opinião do Estadão”. Quase 35% das notícias se encaixam no padrão do jornalismo declaratório. Esse estilo de jornalismo, entretanto, é predominante no *Globo*, dentre todos. A maioria dos textos se encaixam na categoria analítica, com análises extremamente superficiais, que não apresentam qualidade nos argumentos, mas uma adjetivação empobrecida dos eventos e fatos. Quanto à categoria de Gamson, podemos classificá-lo de duas formas: no enquadramento de *vizinhos em rivalidade*, que também é predominante no *Globo como já vimos* (as “batalhas entre forças iguais” estão sempre centro da questão), e no enquadramento de *intransigência árabe*: “o centro do conflito é a má vontade do mundo árabe em aceitar o direito de Israel existir” (GAMSON, 2011, p. 294), que se apoia na ideia de um processo de paz dependente da compaixão palestina em relação ao seu colonizador. A seguir apresentamos os dados sobre a prática jornalística do *Estado de S. Paulo*, seguido do Gráfico 1, um comparativo entre os três jornais que nos ajuda a identificar as práticas jornalísticas de cada um dos veículos explorados neste trabalho:

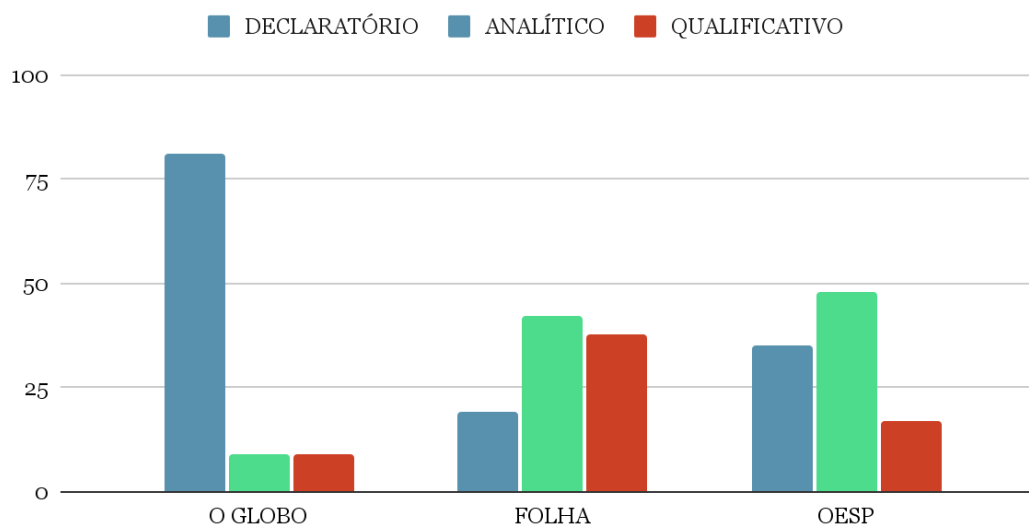
5.1. Tabela 3.

O ESTADO DE S. PAULO - DESPEJOS EM SHEIKH JARRAH E SEUS DESDOBRAMENTOS				
JORNAL	NOTÍCIAS	DECLARATÓRIO	ANALÍTICO	QUALIFICATIVO
<i>OESP</i>	23 (100%)	8 (34,78%)	11 (47,83%)	4 (17,39%)

6. GRÁFICO 1 - COMPARATIVO DE PRÁTICAS JORNALÍSTICAS

19

Comparativo de práticas jornalísticas - O Globo, Folha de S. Paulo e Estadão - Sheikh Jarrah (2021-2022)



¹⁹ Valores em porcentagem (0 a 100%).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou examinar criticamente o discurso sobre a questão Palestina na mídia brasileira tradicional, com o objetivo de identificar possíveis padrões duplos na cobertura jornalística. Por meio de uma abordagem holística que misturou comunicação e política, a partir da análise de práticas jornalísticas e da análise de enquadramentos popularizada por Gamson, foram investigados diversos fatores que moldam o enquadramento midiático, desde protocolos jornalísticos até tendências ideológicas e políticas. A análise concentrou-se nas principais reportagens sobre os eventos de Sheikh Jarrah nos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Estadão*.

Cada veículo jornalístico mistura-se com seu histórico, tradição e práticas, revelando diferentes costumes e abordagens. No caso d’*O Globo*, predominou a prática declaratória, com pouco mais de 80% das matérias baseadas em repetições das fontes. O jornal, que traz figuras com falas controversas como as de Guga Chacra, coloca a questão Palestina-Israel como um embate entre vizinhos. De acordo com Gamson, essa abordagem é crônica no discurso midiático. No *Globo*, ela é sintetizada por uma forte tendência em igualar os “dois lados” do conflito.

Por outro lado, a *Folha de S. Paulo* adotou abordagens mais ricas, tornando difícil enquadrá-la em um único padrão. Foi um destaque positivo, que equilibrou a cobertura da questão de Sheikh Jarrah com diferentes assuntos dentro da questão palestina, questionando as narrativas dominantes de maneira cuidadosa. Foi também um destaque positivo o repórter Diogo Bercito. Sua produção é uma mistura de dois enquadramentos de Gamson: o expansionismo israelense e a rivalidade contínua entre vizinhos. Ao evitar declarações reducionistas e não referir-se ao conflito como um mero ciclo de violência alimentado por hostilidades dos dois lados, Diogo Bercito contribui para uma cobertura mais razoável em relação às demais.

Em contrapartida, o *Estadão* apresentou a menor cobertura sobre o tema, com parte de suas matérias se encaixando no padrão do jornalismo declaratório. Embora o jornal não tenha tanta preocupação com a imparcialidade quanto os outros, a maioria dos textos consiste em análises extremamente superficiais, com uma adjetivação empobrecida dos eventos e dos fatos. A partir da perspectiva de Gamson, classificamos o *Estadão* em dois enquadramentos: vizinhos em rivalidade (similar ao *Globo*) e intransigência árabe, que se apoia na ideia de que o centro do conflito reside na má vontade do mundo árabe em aceitar o direito de Israel existir.

Além de evidenciar que todos os jornais, apesar de preconizarem a imparcialidade, seguem um padrão-duplo ao abordar a Palestina, é essencial reconhecer que a mídia tem um papel significativo na formação da opinião pública, como afirmou Lippmann. O propósito deste trabalho foi justamente mostrar como as subjetividades dos autores, dos editoriais, dos contextos e das tradições se misturam em um emaranhado de perspectivas que não podem mais se esconder atrás de uma suposta neutralidade ou objetividade jornalística.

É fundamental questionar a narrativa dominante e buscar entender a complexidade da questão da Palestina e de Israel, incluindo suas raízes históricas e suas consequências humanitárias. O conflito não é no “campo de batalha”, mas no campo ideológico. A guerra é de narrativas. A busca pela verdade e pela justiça é essencial para o fim do regime de apartheid imposto por Israel e para a restituição da dignidade e da humanidade do povo palestino.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSAAFIN, Lisa. *What is happening in occupied East Jerusalem's Sheikh Jarrah?* Al Jazeera, 2021. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2021/5/1/what-is-happening-in-occupied-east-jeruselems-sheikh-jarrah>>

ARAÚJO, Luiz Antônio. *Oriente em revista: de que o jornalismo fala quando fala do islã*. Florianópolis: Insular, 2020.

ARRUDA, Aline. **O atual conflito Israel-Palestina: tensões, questões geopolíticas e religiosas**. Estadão, 2021. Disponível em: <<https://www.google.com/url?q=https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/o-atual-conflito-israel-palestina-tensoes-questoes-geopoliticas-e-religiosas/&sa=D&source=docs&ust=1690258486573371&usg=AOvVaw2WdMTaunYUthbOcx2sKBdv>>

BIROLI, F. MIGUEL, L.F. *Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público*. Opinião Pública, Campinas, vol. 18, nº1, Junho, 2012.

Com poucos recursos, Olival Costa fundou Folha da Noite em 1921. Folha de S. Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2020/12/com-poucos-recursos-olival-costa-fundou-folha-da-noite-em-1921.shtml>>

GAMSON, William. *Falando de Política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HACKL, Andreas. *The good Arab: conditional inclusion and settler colonial citizenship among Palestinian citizens of Israel in Jewish Tel Aviv*. Journal of the Royal Anthropological Institute, vol. 26, issue 3, 2020.

HORTON, Jake. *Israel-Gaza: How much money does Israel get from the US?* BBC Verify, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/57170576>>

KARHAWI, Issaaf; SÉ, Leticia. *Censura ou problema técnico? A opacidade algorítmica do Instagram e o caso de Sheikh Jarrah*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 4-9 out. 2021, Recife.

KELLER, Nuh Ha Mim. *What is a Madhhab? Why is it necessary to follow one?* Disponível em: <<https://untotheone.com/articles/articles-by-sheikh-nuh/what-is-a-madhhab/>>

LAGNEAU, Éric. *Le style agencier et ses déclinaisons thématiques*. L'exemple des journalistes de l'agence france presse. Réseaux, 2002, n°111.

LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

LOSURDO, Domenico. *Colonialismo e Luta Anticolonial*. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARQUES, Francisco P. M; MONT'ALVERNE; MITOZO, Isabele B. *A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão*. Observatório Journal, 2018.

OJALA, Markus. *Is the Age of Impartial Journalism Over? The Neutrality Principle and Audience (Dis)trust in Mainstream News*. Journalism Studies, vol. 22, issue 15, 2021.

OLIVEIRA, Israel Dias. *O que é jornalismo declaratório?* Livro-Reportagem em revista. 2020. Disponível em: <<https://livro-reportagem.com.br/o-que-e-jornalismo-declaratorio/>>

PAPPÉ, Ilan. *A Limpeza étnica da Palestina*. São Paulo: Sundermann, 2016.

ROBINSON, Glenn E. *Hamas as a social movement*. In: Islamic Activism: A Social Movement Theory Approach, 2004.

ROBINSON, Glenn E. *Palestinian Tribes, Clans, and Notable Families*. Strategic Insights, vol. 7, issue 4, 2008.

SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAID, E.W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Maria Clara Araújo dos. *Nádias de Gaza: a limpeza étnica e a situação de direitos humanos do povo palestino*. Universidade de São Paulo, USP. A Internacionalista, vol. 2, n°1, agosto de 2022.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TEIXEIRA, Rafael. *Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea*. Serv. Soc., São Paulo, n. 104, 2010.

VALOR. *Grupo Globo anuncia mudanças no comando a partir de 1º de fevereiro*, 2021.

Disponível em:

<<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/10/15/grupo-globo-anuncia-mudancas-no-comando-a-partir-de-1o-de-fevereiro-sembarreira.ghtml>>

VIANNA, Luiz Fernando. *Regurgitofagia expele crítica a excesso de informações*. Folha de

S. Paulo, 2005. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1301200521.htm#:~:text=%22Regurgitofagia%22%20%C3%A9%20uma%20palavra%20criada,que%20de%20fato%20queremos%20redeglutir%22>>